

**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH**  
**ATA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERH**

|  |                                       |
|--|---------------------------------------|
| <b>Data:</b> 28/05/2024  | <b>Local:</b> Auditório SEAMA/SETADES |
| <b>Início:</b> 14h00min  | <b>Término:</b> 17h15min              |
| <p><b>Pauta:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Verificação de quórum e abertura da sessão;</li> <li>2. Aprovação da Ata da última reunião;</li> <li>3. Análise da Nota Técnica GERE/DPI/AGERH nº 001/2024 e Deliberação da Proposta de alteração do Art. 2º da Resolução CERH nº 07/2015 que dispõe sobre o cadastramento de usos das águas subterrâneas de domínio do Estado do Espírito Santo. <b>Processo E-Docs 2024-5PXHR - Requerente: FINDES;</b></li> <li>4. Análise e homologação das Deliberações descritas abaixo que aprovam os Enquadramentos dos Corpos de Águas Superficiais em Classes de Qualidade das respectivas Bacias Hidrográficas, segundo os Usos Preponderantes (2023-2042). <b>Processo E-Docs 2023-S29V7;</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Deliberação Normativa nº 01, de 10 de maio de 2023. Requerente: CBH GUANDU;</li> <li>• Deliberação Normativa nº 01, de 13 de abril de 2023. Requerente: CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce;</li> <li>• Deliberação Normativa nº 01, de 13 de abril de 2023. Requerente: CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce;</li> <li>• Deliberação Diretoria Colegiada AGERH nº 001, de 10 de outubro de 2023. Requerente: Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu - Porção Capixaba;</li> </ul> </li> <li>5. Apresentação e Deliberação do Plano Plurianual de Capacitação da AGERH, referente ao período 2024 a 2027. <b>Processo E-Docs 2024-8V2DQ - Requerente: AGERH/PROGESTÃO;</b></li> <li>6. Apresentação do Planejamento de Recursos Hídricos no Espírito Santo;</li> <li>7. Assuntos Gerais;</li> <li>8. Encerramento.</li> </ol> |                                       |

**2 MEMBROS PRESENTES:**

- 3 • Conselheiro Titular - Fábio Ahnert (**SEAMA**)
- 4 • Conselheiro Suplente (representante) - Ahnaíá Zanotelli Dias da Silva (**SEAG**)
- 5 • Conselheiro Titular - Samyr Chambela da Silveira (**SECTI**)
- 6 • Conselheira Titular - Jaqueline Graziela Malacarne (**SEDES**)
- 7 • Conselheiro Suplente - Carlos Roberto Brandão Locatelli (**SESA**)
- 8 • Conselheiro Titular - André Romero da Silva (**IFES**)
- 9 • Conselheira Titular - Sthephanie C. Zucoloto Magalhães (**AMUNES**)
- 10 • Conselheiro Suplente - Sérgio Fantinni de Oliveira (**FINDES**)
- 11 • Conselheiro Titular - Murilo Antonio Pedroni (**FAES**)
- 12 • Conselheiro Suplente (representante) - Fernanda Esteves Fleury de Freitas (**FAES**)
- 13 • Conselheiro Titular - André Luiz Sefione (**CESAN**)
- 14 • Conselheiro Titular - Jorge Vilchez Guerrero (**EDP- Espírito Santo**)
- 15 • Conselheiro Suplente - José Luiz Delai Junior (**EDP- Espírito Santo**)
- 16 • Conselheiro Suplente - Arnaldo Luis Silva Junior (**ASSIPES**)

- 17 • Conselheiro Titular - Almir Bressan Junior (**FECOMÉRCIO**)
- 18 • Conselheiro Titular - Victor Athayde Silva (**SINDIROCHAS**)
- 19 • Conselheiro Titular - Paulo Henrique Breda Moulin (**BRK AMBIENTAL**)
- 20 • Conselheiro Titular - Weber Alves da Rocha (**AFV**)
- 21 • Conselheiro Titular - Yhuri Cardoso Nóbrega (**INSTITUTO MARCOS DANIEL**)
- 22 • Conselheira Titular - Amanda de Freitas Mello Peixoto (**FETAES**)
- 23 • Conselheira Titular - Sara Aparecida Francisco (**APEA-ES**)
- 24 • Conselheiro Titular - Mauricio Vieira Gomes (**CBH RIO NOVO**)
- 25 • Conselheiro Titular - Juan Ricardo Carvalho Senna (**CBH ITABAPOANA**)
- 26 • Conselheiro Suplente - Alex Geaquinto Leal (**CBH ITABAPOANA**)

## 27 **CONVIDADOS**

- 28 • Gizella B. Igreja - Servidora - AGERH
- 29 • Silvia Batista Soares - AGERH
- 30 • Márcia Pereira D'Isep - AGERH
- 31 • Pedro de Miranda Ramos - AGERH
- 32 • Walquiria A. Soares - AGERH
- 33 • Monica Amorim - AGERH
- 34 • Alexandre B. de A. - AGERH
- 35 • Robson Monteiro - SEAMA
- 36 • Cledson Wagner S. Santana - CESAN
- 37 • Bruno Golfetto - Gotais Brasil

## 38 **SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO:**

- 39 • Cintia Cândido Matias Laures (Secretária Executiva)
- 40 • Cintia B. Jacobsem (Coordenadora Jurídica)
- 41 • Elias Morgan (Coordenador Técnico)
- 42 • Elene Zavoudakis (ADARH - Requisitada SEAMA)

## 43 **PONTO I - VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E ABERTURA DA SESSÃO;**

44 O Presidente do CERH Sr. Felipe Rigoni dá as boas-vindas e saúda todos os Conselheiros, abre a reunião informando a existência de quórum com 21 (vinte e uma) instituições presentes, e passa para o próximo ponto de pauta.

## 47 **PONTO II - APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO;**

48 Ata aprovada por unanimidade.

## 49 **PONTO III - ANÁLISE DA NOTA TÉCNICA GERE/DPI/AGERH Nº 001/2024 E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO CERH Nº 07/2015 QUE DISPÕE SOBRE O CADASTRAMENTO DE USOS DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DE DOMÍNIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. PROCESSO E-DOCS 2024-5PXHR - REQUERENTE: FINDES;**

53 O Presidente do CERH Sr. Felipe Rigoni abre o tema, e o contextualiza brevemente e, após, passa a palavra para a Sr.ª Silvia Soares, técnica e representante da AGERH, que faz sua apresentação (em anexo) sobre a manifestação técnica acerca da alteração proposta pela FINDES no artigo 2º da Resolução CERH nº 07/2015, precisamente o parágrafo único deste artigo. Ela enfatiza que, com a aber-

57 tura que o parecer da PGE dá se deverá outorgar e cadastrar todos os usos, independentemente da  
58 finalidade, ou seja, se ampliará bastante o número de requerimentos de outorga, uma vez que atu-  
59 almente a AGERH regulariza o uso de água subterrânea apenas por meio do cadastramento e ou-  
60 torga apenas os usuários que captam acima de 13 l/s, que é um alto volume para a água subterrâ-  
61 nea, o que tem gerado poucos processos ao longo da história da outorga, e com a nova orientação  
62 da legislação, ela diz que será preciso fortalecer a equipe técnica e ampliar a capacidade de análise,  
63 uma vez que para esse tipo de uso não há nada ainda automatizado nos procedimentos internos da  
64 autarquia. O Sr. Fabio Ahnert/SEAMA, presidente da AGERH, complementa a apresentação da  
65 AGERH, dizendo que na Nota Técnica é deixado bem claro que não há nenhum impedimento do  
66 ponto de vista legal e no que diz respeito à regulação dos usos, ele opina que não há nenhum impe-  
67 dimento técnico para que o artigo seja suprimido, ou seja, para que se concorde com a proposta da  
68 FINDES, e ele quer colocar também que, apesar de todas essas dificuldades que se tem com relação  
69 à água subterrânea, existem algumas soluções já encaminhadas, e a gestão da água subterrânea é  
70 um desafio não só para o Espírito Santo, mas um desafio a nível de país. Ele comenta que a gestão  
71 de recursos no Brasil começa a avançar agora no que diz respeito a conhecer melhor os aquíferos, a  
72 utilização de ferramentas de balanço hídrico que integrem a água subterrânea e a água superficial,  
73 e eles recentemente aprovaram no Senado, o Águas e Paisagem II, que é um programa que prova-  
74 velmente terá o início esse ano e ali se conseguiu prever o desenvolvimento de um estudo hidroge-  
75 ológico mapeando toda a configuração dos aquíferos existentes no Espírito Santo, e já possui um  
76 termo de referência desse estudo elaborado com o apoio de consultores especialistas. Então logo o  
77 acordo seja assinado, processo esse coordenado pela SEAMA, já se consegue iniciar a contratação  
78 desse estudo ainda esse ano. Ele ainda diz que esse projeto tem outras várias ações que irão gerar  
79 ferramentas para se aparelhar melhor a gestão de recursos hídricos no ES, aumentando a capaci-  
80 dade para enfrentar os eventos extremos que são hoje uma nova realidade, como consequência do  
81 processo de mudança do clima, e sugere que seja apresentado o escopo do projeto em uma reunião  
82 do CERH. Ele ainda esclarece que a preocupação de pessoal trazida pela Gerente de Regulação da  
83 AGERH, Sr.<sup>a</sup> Silvia Soares, é legítima, e que de alguma forma existe um bom encaminhamento a ní-  
84 vel de governo, pois o Secretário tem apoiado a fortalecer a estruturação da AGERH com o quanti-  
85 tativo de equipes, inclusive esses profissionais que têm uma formação em hidrogeologia, que é uma  
86 formação escassa no Estado e que se poderia criar uma espécie de incentivo à formação dela aqui. E  
87 acrescenta que a revisão normativa deverá ser realizada por meio de uma adaptação da norma in-  
88 terna da AGERH, porque pode haver realmente um aumento de demanda com relação aos pedidos  
89 de outorga para a utilização da água subterrânea que, para os fins que ela será utilizada, deverá ter  
90 todo um atendimento a normativas e padrões de potabilidade, principalmente da Anvisa. Então,  
91 assim, com relação ao que está disposto no artigo e a proposta, ele diz não ver nenhum obstáculo à  
92 aceitação e à aprovação dela, e acha que essas preocupações trazidas são importantes de se dividir  
93 com o CERH, e que não basta fazer a gestão do aquífero, mas integrar a disponibilidade de água  
94 subterrânea com a disponibilidade de água superficial, pois o que dá disponibilidade em termos de  
95 vazão mínima a um rio nos períodos de seca é a água que vem do subsolo. Ele ainda conclui que é  
96 preciso avançar nesse tema da gestão da água subterrânea até porque o próprio programa Proges-  
97 tão, pactuado com a ANA, exige não só do Espírito Santo, mas de outros estados também, por meio  
98 de uma meta federativa, que se avance na regulação do uso da água subterrânea e mesmo com as  
99 dificuldades operacionais que a AGERH tem, já existem alguns caminhos bem definidos para iniciar  
100 de forma mais robusta a gestão da água subterrânea no Estado. O Presidente do CERH Sr. Felipe  
101 Rigoni complementa a fala do Sr. Fabio Ahnert, e diz que já está encaminhado com o Governador o  
102 texto legal para a reestruturação da AGERH, que está em aprovação os últimos detalhes de quanto  
103 de fato que irá aumentar o orçamento com o pessoal da AGERH, que existe uma tramitação em  
104 algumas secretarias, mas que ele acredita e trabalha por isso semanalmente para que isso seja feito  
105 ainda esse ano. Em seguida, o Sr. André Sefione/CESAN elogia a Nota Técnica da AGERH, a qual con-  
106 templou também a Nota Técnica da PGE-ES, que, na sua opinião, está bem consistente, e diz que,  
107 quanto ao aspecto legal do parágrafo, não fará diferença para a Resolução o mesmo ser suprimido,  
108 conforme conversa com a Coordenadora Jurídica do CERH. Ele diz que o Estado precisa atuar de

109 modo que se possa usar o recurso hídrico subterrâneo com responsabilidade, talvez até maior que o  
110 superficial e diz que da parte da CESAN não há óbice em se excluir esse parágrafo. Ele ainda faz al-  
111 gumas considerações, a título de sugestão, no tocante à regulamentação e sobre o aspecto da ques-  
112 tão do saneamento, de que talvez eles talvez pudessem contribuir para a AGERH no momento em  
113 que ela for elaborar e detalhar melhor o assunto, e que conforme apontado pelo Secretário Sr. Feli-  
114 pe Rigoni, que apontou a necessidade de reestruturação da AGERH, ele acha que esse ponto tam-  
115 bém está evidenciado nas conclusões do documento da nota técnica da AGERH, que é a necessida-  
116 de de fortalecimento da equipe especializada, e reitera ao Secretário que apesar da AGERH ter téc-  
117 nicos muito competentes e dedicados, é necessário que ela tenha um pouco mais de técnicos, e  
118 concursados, pois atualmente se percebe uma rotatividade, e o técnico especializado e treinado  
119 leva o conhecimento embora com ele, ou seja, é muito importante que se tenha essa reestrutura-  
120 ção, e que não seja só uma reestruturação no sentido de reorganizar, mas de ampliar esse corpo  
121 técnico. Em seguida, ele passa a palavra para o técnico da CESAN Sr. Cledson Wagner Santana que  
122 diz que quando da autorização do uso da água subterrânea, é bom lembrar que o uso excessivo  
123 pode causar um impacto na bacia hidrográfica e esse estudo é importante para poder prevenir esse  
124 tipo de problema, e solicita registro de algumas sugestões técnicas encaminhadas pela CESAN em  
125 relação à construção desse instrumento que vai direcionar como o uso dos recursos hídricos subter-  
126 râneos deverá ocorrer: Com relação à medição, tem que haver uma boa medição porque há impac-  
127 to no sistema de esgotamento sanitário, e essa medição tem que estar acessível à concessionária,  
128 ela não pode estar interna ou, se estiver, com telemetria, de forma que a concessionária possa fazer  
129 essa medição mensal, e o hidrômetro tem que obedecer a características para poder medir cada  
130 vazão, as faixas de vazão, ou seja, há um hidrômetro específico para cada volume de água e esse  
131 hidrômetro também tem uma vida útil, então tem que ser trocado periodicamente, ou seja, é preci-  
132 so prever essa questão da troca do equipamento. Ele diz ainda que deve haver garantias para a não  
133 contaminação do sistema de abastecimento de água, então se houver uma bomba no poço, essa  
134 água não pode entrar no sistema de abastecimento e provocar algum risco de contaminação, e de-  
135 ve haver também algum tipo de controle da qualidade da água, um plano de amostragem periódica  
136 de monitoramento dessa água do poço, até porque ele será utilizado para abastecimento humano  
137 ou para produção de alimento ou de bebida, então tem que haver esse tipo de controle, e ainda diz  
138 que deve passar pelo processo de licenciamento, cadastro e outorga, quando necessário, assim co-  
139 mo a captação superficial também, e talvez incluir a questão da cobrança da água bruta, uma vez  
140 que as bacias estão implantando, além de também se prever uma distância mínima entre as capta-  
141 ções em poços, inclusive os insignificantes, pois muitas pequenas captações juntas podem produzir  
142 um efeito danoso, então também é um ponto interessante a ser considerado, e encerra as suges-  
143 tões da CESAN. Em seguida, é passada a palavra para a Sr.<sup>a</sup> Cintia Jacobsem, Coordenadora Jurídica  
144 do CERH, que diz que, em relação aos comentários do técnico da CESAN, Sr. Cledson Wagner Santa-  
145 na, ela frisa que já constam algumas informações e contribuições da PGE em relação a esse assunto,  
146 no parecer que encaminhado a todos os Conselheiros, e que eles falam um pouco sobre o procedi-  
147 mento a ser realizado na hora da implantação, da captação da água subterrânea, como deve ser  
148 feito, acerca da medição, até mesmo para contabilizar ali o pagamento sobre o tratamento do esgo-  
149 to, e sugere que todos leiam o documento atentamente, porque ela acha que isso também pode  
150 contribuir. O Sr. Sérgio Fantinni/FINDES diz que a fala da CESAN já fez o reconhecimento pela con-  
151 vergência técnica dessa proposta e que essa análise, conforme o Sr. André Sefione/CESAN colocou  
152 na reunião passada, foi um passo de muita maturidade do CERH. Ele também reconhece também a  
153 fala do Diretor Presidente da AGERH, Sr. Fábio Ahnert/SEAMA, porque é uma fala de muita cora-  
154 gem, de olhar para o futuro, e ele diz que percebe que o Espírito Santo está em sua melhor fase  
155 para que algo como essa e outras regulamentações do licenciamento ambiental que envolvem o  
156 tema água e que envolvem outros empreendimentos aconteça, porque hoje existe uma unicidade  
157 entre IEMA, AGERH, SEAMA e Governo do Estado poucas vezes vista nos últimos anos, então ele vê  
158 esse momento como um momento de convergência técnica, mas também de convergência quando  
159 se fala de política pública, que é um grande papel deste Conselho. E ele diz, finalmente, pela FIN-  
160 DES, em que ele representa a IMETAME, que há diversos empreendimentos que precisam conviver

161 com essa questão do uso da água, e da impossibilidade algumas vezes do uso da água subterrânea e  
162 entende perfeitamente a preocupação da CESAN. Então, como Conselheiro, ele quer dizer que gen-  
163 te não se está num momento mais de vir fazer um pedido como esse e não ter a responsabilidade  
164 depois de fazer parte do processo, de estar junto com a AGERH, junto com o Conselho, e com todos  
165 os representantes aqui e com o Governo do Estado, nas necessidades que isso irá demandar. Como  
166 o Sr. Fábio Ahnert/SEAMA colocou muito bem, tem que se ter capacidade de estudo, tem que pro-  
167 ver, então o setor produtivo tem que estar junto do Estado nisso, ou seja, é uma via de duas mãos e  
168 é isso que ele quer deixar muito claro nessa plenária, como conselheiro, como representante da  
169 FINDES, sobre a importância e a responsabilidade que sabe e que assume quando a FINDES fez essa  
170 proposta. O Diretor Presidente da AGERH Sr. Fábio Ahnert/SEAMA diz que são bem vindas as suges-  
171 tões da CESAN, que a AGERH entra agora em uma fase de trabalho interno, que é a da formulação  
172 da regulamentação normativa e que irão aceitar bastante a contribuição da CESAN, principalmente  
173 com relação à especificação técnica do hidrômetro, que pode ser colocada em nível de condicionan-  
174 te como exigência, enfim, todas as exigências cabíveis para a questão da captação da água, para  
175 evitar contaminação ou alguma coisa desse tipo, como a exploração excessiva dos aquíferos. Em  
176 seguida, é passada a palavra para o Sr. Samyr Silveira/ SECTI, que faz uma ponderação breve a res-  
177 peito do fluxo adotado pelo CERH. Diz que é a segunda reunião que participa, que ainda não exauriu  
178 todo o regimento, que algumas questões até da ordem ele desconhece, mas a reunião de hoje, no  
179 seu ponto de vista, é muito mais elucidativa e muito mais fácil de se tomar uma decisão com base  
180 na apresentação, se comparado ao mesmo tema apresentado na reunião passada. Ele se apresenta  
181 como técnico do IDAF há 13 anos e diz que hoje trabalha na SECTI, e que quando se tem fulcro e  
182 respaldo, como veio a AGERH muito solicitamente e prestou esse esclarecimento, que já grande  
183 parte dessa explicação já compunha o processo disponibilizado, porém, de forma densa, e quando  
184 se vê uma nota técnica específica, feita por técnicos especialistas da área, em quem eles têm plena  
185 confiança, porque tem demonstrado por meio de uma história de credibilidade na sociedade, torna  
186 muito mais fácil tomar essa decisão. Em relação à matéria propriamente dita, ele diz não saber ain-  
187 da se no Regimento do Conselho tem o poder de recomendação, e se tiver, ele sugere que se colo-  
188 que, após deliberado e aprovado, que a Nota Técnica apresentada pela AGERH seja registrada em  
189 ata e recomendado para que se façam essas alterações oficialmente, de modo que se vincule junto  
190 com o posicionamento desse Conselho, também esse intento de fazer com que as recomendações  
191 técnicas também sejam apreciadas. O Presidente do CERH Sr. Felipe Rigoni informa para o Conse-  
192 lheiro que a Nota Técnica já irá fazer parte da ata e que, com a fala do Conselheiro, fica registrado o  
193 reforço como uma recomendação. O Sr. Samyr Silveira/ SECTI agradece e justifica dizendo que, até  
194 então, foi apresentado como uma recomendação da AGERH e dessa forma, se endossa essa reco-  
195 mendação da AGERH como também sendo do Conselho. O Sr. Almir Bressan Junior/FECOMÉRCIO  
196 esclarece que o Conselheiro representante da SECTI já fez a constatação da importância da partici-  
197 pação técnica conforme recomendado na reunião passada, agradece a Secretaria Executiva por ter  
198 feito o convite à AGERH e também à AGERH pela presença, que traz mais segurança para a tomada  
199 de decisão, ainda que haja muitos representantes no Conselho que têm formação técnica e trazem  
200 o assunto de uma forma mais madura. Em seguida, e não havendo mais manifestações, a proposta  
201 de alteração do art. 2º da Resolução CERH nº 07/2015, apresentada pela FINDES, é colocada em  
202 deliberação, a qual é aprovada pela maioria dos presentes, com 01 abstenção (IFES), e passa-se para  
203 o próximo ponto de pauta.

204 **PONTO IV - ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DESCRITAS ABAIXO QUE APROVAM**  
205 **OS ENQUADRAMENTOS DOS CORPOS DE ÁGUAS SUPERFICIAIS EM CLASSES DE QUALIDADE DAS**  
206 **RESPECTIVAS BACIAS HIDROGRÁFICAS, SEGUNDO OS USOS PREPONDERANTES (2023-2042). PRO-**  
207 **CESSO E-DOCS 2023-S29V7;**

- 208 • **Deliberação Normativa nº 01, de 10 de maio de 2023. Requerente: CBH GUANDU;**
- 209 • **Deliberação Normativa nº 01, de 13 de abril de 2023. Requerente: CBH Barra Seca e Foz do**  
210 **rio Doce;**

211 • **Deliberação Normativa nº 01, de 13 de abril de 2023. Requerente: CBH Pontões e Lagoas**  
212 **do Rio Doce;**

213 • **Deliberação Diretoria Colegiada AGERH nº 001, de 10 de outubro de 2023. Requerente:**  
214 **Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu - Porção Capixaba;**

215 O Presidente do CERH Sr. Felipe Rigoni passa a palavra para a Sr.<sup>a</sup> Monica Amorim/ Servidora  
216 AGERH, que faz sua apresentação (anexa), e diz que essa nota técnica recomenda a homologação  
217 pelo CERH das deliberações referentes às propostas de enquadramento que foram elaboradas du-  
218 rante a revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce, aprovadas pelos res-  
219 pectivos Comitês de Bacias Hidrográficas. Ela informa que lá na região hoje estão instituídos os Co-  
220 mitês Guandu, Santa Maria do Doce e Santa Joana que estão em processo de unificação, Pontões e  
221 Lagoas do Rio Doce, Barras Seca e Foz do Rio Doce, e esclarece a diferença de nomenclaturas utili-  
222 zadas na revisão do PIRH. Esclarece que também fez parte da revisão do plano a elaboração de no-  
223 vos planos de ações, e que esses, assim como as propostas de enquadramento, já foram aprovadas  
224 pelos respectivos Comitês, nos meses de abril e maio de 2023, mas que o enquadramento precisa  
225 para ser homologado pelo Conselho. Ela ainda diz que a AGERH tinha uma comissão que acompa-  
226 nhou todo esse processo de elaboração do enquadramento, e as oficinas participativas, as consultas  
227 públicas, e também as reuniões que foram realizadas com os Comitês para a aprovação desses en-  
228 quadramentos de recursos hídricos, e que por isso, na Nota Técnica, a técnica da AGERH recomenda  
229 a aprovação e a homologação pelo CERH dessas propostas de enquadramento. Em seguida, é pas-  
230 sada a palavra para o plenário, e o Sr. André Sefione/CESAN manifesta-se dizendo que o assunto é  
231 delicado, que analisou o documento e por mais que entenda que não cabe ao CERH dizer ao Comitê  
232 de Bacia em qual classe o rio será enquadrado, pois isso é uma função do Comitê, mas pelos mapas  
233 a que teve acesso, ele teve a impressão de que, em algumas situações, rios que recebem água de  
234 outros rios terem sido enquadrados em uma classe superior ao dos tributários. E questiona se hou-  
235 ve mesmo esse tipo de caso. E exemplifica com uma suposição para o Rio Jucu, que se for definida a  
236 classe para a calha do Rio Jucu, pretendendo que o Rio Jucu seja daqui 20 ou 30 anos um rio classe 1  
237 e se ao mesmo tempo se classifica os tributários dele com a classe 2, que seria uma água de uma  
238 qualidade para um uso inferior, isso soaria meio estranho, porque, afinal, aquele rio principal irá  
239 receber a água dos tributários, então suponha-se, pela lógica, que o tributário tem que estar em  
240 uma classe superior àquela do que vai receber a água para que, com o tempo, no futuro, se consiga  
241 uma água com melhor classe no rio principal. E questiona se talvez isso não tenha ficado claro para  
242 os Comitês, ou seja, o que isso pode implicar em termos de utilização desse recurso. Ele cita ainda a  
243 resolução CONAMA 357, que, na classe especial, significa ter um rio tão limpo que praticamente  
244 poder-se-ia beber a água direto do rio, e se então se classifica algum rio como classe especial prati-  
245 camente se inviabiliza qualquer outro uso ou qualquer atividade produtiva naquela bacia. E então  
246 ele teve a impressão pelos mapas, que alguns trechos ali, no caso do Barra Seca, onde se tem a re-  
247 serva da Sooretama, que sim, está preservada, mas ali em Pancas, por exemplo, lhe pareceu que  
248 teve uma área que foi definida como classe especial e que não é uma reserva e então a CESAN está  
249 querendo entender, pois, no futuro breve, caso seja homologado pelo CERH, essa classificação de  
250 enquadramento poderá ser utilizada pela AGERH para dar outorga, e aí, por exemplo, um rio que  
251 hoje está na classe 2 e que admite um determinado tipo de lançamento, qualidade de efluente tra-  
252 tado e lançado, se passa a classificá-lo como classe 1, ou se terá que parar de lançar, ou se terá que  
253 dar um upgrade tão grande no seu tratamento, que às vezes inviabiliza, e isso sem contar os rios  
254 classe 1, que, por exemplo, pela resolução CONAMA, é aquele cujo abastecimento para o consumo  
255 humano se dá após tratamento simplificado, quer dizer, o rio classe 1 também é uma água tão boa  
256 que após um tratamento simples já se pode consumir, ou seja, então se uma pessoa pede uma água  
257 para consumo humano em um rio que foi definido como classe 1, espera-se que um tratamento  
258 simples resolva isso, e questiona se é isso que está se entendendo de fato, pois se nos mapas se  
259 tem esses trechos de classe especial definidos, que é o que lhe parece, houve essa percepção, que é  
260 a que todo mundo gostaria, no fundo, de um rio de classe especial, mas se todos os rios fossem  
261 classe especial, nem pelo menos classe 1, ninguém pode fazer mais nada, somente passear ali por

262 perto, mas se fossem classe 1, ele também questiona o quê isso implicaria em termos de uso dessa  
263 água para um processo produtivo, e até para o consumo. Em seguida, ele passa a palavra para o  
264 técnico da CESAN, Sr. Cledson Wagner Santana, que diz que ao olhar os mapas, diz existir fazendas  
265 em torno da Reserva de Sooretama que concorrem para mesmo o curso d'água, e que, então, se  
266 aquele curso d'água é especial, a fazenda não pode lançar nada naquele córrego, e questiona se os  
267 fazendeiros estão cientes que não podem mais plantar nada na sua terra, e complementa dizendo  
268 que então se trata dessa preocupação. Ele ainda diz que em Pancas tem muita fazenda, e aquela  
269 região inteira está classificada como especial, ou seja, as pessoas não podem mais derrubar uma  
270 árvore, ou não pode mais plantar nada, e então as pessoas têm que ter ciência que na área onde os  
271 rios estão na classe especial não se pode ter nenhuma atividade produtiva ali dentro, e conclui cor-  
272 roborando com o representante da CESAN, sobre a inversão na classificação, em que rios estão clas-  
273 sificados com classe mais flexível a montante da bacia e mais restritiva a jusante, o que também  
274 pode causar algum problema do ponto de vista das outorgas. Em seguida, é passada a palavra para  
275 a Sr.ª Monica Amorim responder aos questionamentos, e comenta que as colocações dos represen-  
276 tantes da CESAN são muito pertinentes. Ela diz que a questão de classe especial está associada à  
277 Unidade de Conservação e que não tem gravado todos os detalhes de todos os trechos que foram  
278 enquadrados, e que em todo esse processo conduzido pela ANA, com a participação da AGERH e do  
279 IGAM, houve todas aquelas etapas normalmente realizadas durante o processo de enquadramento,  
280 inclusive a apreciação dos comitês, as consultas públicas e as oficinas participativas, comenta que o  
281 Sr. Alex Leal/ CBH ITABAPOANA, presente na reunião, participou de todas as reuniões e que talvez  
282 possa falar um pouco sobre essa parte dos comitês. Ela comenta ainda que a impressão que tem  
283 dessa questão trazida pela CESAN é uma questão que aconteceu ou que deveria ter acontecido  
284 quando estava sendo discutido o processo do enquadramento e que certamente a CESAN estava lá  
285 presente e que agora existe algum trecho ou algo que considerem que não está de acordo, ele pode  
286 ser revisto, e que outra coisa que ela acha importante lembrar é o que o enquadramento é uma  
287 meta, algo a ser alcançado em um determinado horizonte, no caso desse plano em um horizonte  
288 de 20 anos, e então existem as metas intermediárias e além disso, à exceção do Barra Seca, existe  
289 um Programa de Efetivação do Enquadramento que diz quais são as ações a serem realizadas para  
290 se alcançar as metas intermediárias e essa meta final, e esse programa de efetivação, na metodolo-  
291 gia que foi elaborada, está de acordo com os planos municipais de saneamento, que também con-  
292 têm ações que preveem a ampliação da coleta e o aprimoramento do tratamento de esgoto, ou  
293 seja, é uma metodologia bastante consistente e robusta do ponto de vista técnico. O Sr. Almir Bressan  
294 Junior/ FECOMÉRCIO pergunta se os planos de ação são os planos das sub-bacias. A Sr.ª Monica  
295 Amorim responde que são, que pra cada uma das Unidades de Análise mostradas, existe um plano  
296 de ação, exemplificando com as sub-bacias da porção capixaba do Rio Doce, e comentando que  
297 funciona da mesma forma como ocorre com as bacias do lado mineiro. O Sr. Almir Bressan Junior/  
298 FECOMÉRCIO diz que existe uma questão que é socioeconômica, que é o que a sociedade, a comu-  
299 nidade deseja, mas existe uma diferença entre intenção e gesto e, nesse caso, ele afirma que todos  
300 querem um paraíso, quando se coloca uma classe especial, pois ninguém gostaria de que os rios  
301 fossem enquadrados nas piores classes, mas ele acha que deve-se ter um processo gradativo de se  
302 fazer a recuperação de uma bacia, como ocorreu nas bacias dos rios Sena e Normandia e outros  
303 lugares onde se conhece que houve recuperação efetiva, pois pode gerar um conflito muito grande  
304 no futuro para essa área, e então ele questiona, pois como o Conselho está avaliando, é importante  
305 saber como esse processo foi construído. A Sr.ª Monica Amorim responde que se trata de um pro-  
306 cesso, tanto que a meta é para ser alcançada num horizonte de 20 anos e reitera que o próprio ins-  
307 trumento traz um programa de efetivação que diz quais as ações a serem implementadas para que  
308 se alcance essa meta e que por isso, o processo de enquadramento tem a parte que se chama de  
309 manifestação de vontade, que é onde a sociedade diz quais são os usos que ela pretende fazer da-  
310 queles trechos de rios, mas existe a modelagem de qualidade da água e a proposição de cenários,  
311 que mostra se será possível alcançar aquela meta ou não, considerando a existência de usos distin-  
312 tos, ou seja, não adianta se querer chegar em uma classe 1 em um trecho onde a água tem um uso  
313 diferente, onde ela é destinada para outras coisas, onde isso vai significar um impacto social, um

314 impacto que vai diminuir emprego, então todas essas coisas precisam ser compatibilizadas. O Sr.  
315 Paulo Henrique Moulin/ BRK AMBIENTAL diz que concorda plenamente com os questionamentos  
316 trazidos pelos representantes da CESAN, que se tem que pensar se existe uma estação de tratamen-  
317 to de esgoto nesse recurso hídrico, e a meta é se aumentar a qualidade da água ali, ou seja, isso traz  
318 uma preocupação, ainda que sejam 20 anos de horizonte para melhorar. Ele ainda chama a atenção  
319 para a coleta de informações, pois quando se coleta uma água no rio ou córrego, a qualidade cor-  
320 responde àquele momento ou instante, e aquela informação é a tomada como verdadeira para de-  
321 cisões e muitas vezes não corresponde à situação real que está acontecendo, e então ele exemplifi-  
322 ca que ocorreu em um tributário do rio Itapemirim estar com a qualidade de água pior do que ele, e  
323 então, ele conta que no Itapemirim o Comitê usou as informações das PCHs e das empresas de sa-  
324 neamento da bacia, fizeram uma média, pois já havia vários monitoramentos e várias coletas e deu  
325 para se ter uma percepção maior e talvez errar menos, e que, enquanto Conselheiro, ele antecipa  
326 seu voto e diz que irá votar a favor, pois entende a importância do Enquadramento para essas baci-  
327 as do Doce. O Presidente da AGERH, Sr. Fábio Ahnert/SEAMA comenta que a técnica Sr.<sup>a</sup> Monica  
328 Amorim explicou muito bem o processo e que deseja contribuir dizendo que parte desse processo  
329 também é feito com a utilização de modelagem hidrológica, ou seja, se é um modelo, ele está asso-  
330 ciado também a algum grau de incerteza, embora tomem por base várias medições de qualidade de  
331 água. Então, ele deseja fazer essa reflexão considerando o levantado pela CESAN, de parecer estran-  
332 ho que a meta de qualidade de um tributário possa ser inferior ao do rio principal, mas quando se  
333 olha a bacia e a rede hidrográfica em uma escala grande, isso pode parecer realmente muito estran-  
334 ho, mas quando dá um “zoom” e amplia o local, são tantos fatores que influenciam nisso, inclusive  
335 um deles é a própria vazão do rio, pois a vazão do rio tem uma capacidade de diluição menor, por,  
336 em tese, ter uma vazão menor que o rio principal. Então, ele ainda diz que se pode ter várias situa-  
337 ções, e a modelagem pode apontar para que aquele rio principal possa ter uma meta de qualidade  
338 um pouco mais ousada do que o tributário, ou seja, a variável vazão por si só já influencia muito  
339 isso, a menos que o tributário tenha uma ordem de grandeza de vazão muito significativa em rela-  
340 ção ao rio principal e tem ali uma capacidade de interferência em termos de concentrações de qua-  
341 lidade de água que possa alterá-lo significativamente, ou seja, por mais que possa parecer estranho  
342 do ponto de vista físico há também algumas explicações para isso e a modelagem pode apontar. Ele  
343 ainda destaca a observação feita pelo Sr. Almir Bressan Junior/FECOMÉRCIO, e diz que considera  
344 muito saudável o que todo mundo tem como desejo, mas que se trata de uma meta, ou seja, tem  
345 um horizonte de prazo e, ao ser aprovado o Enquadramento pelo comitê, e homologado pelo CERH,  
346 isso não significa que ele é imutável, pois a qualquer momento ele pode ser revisto se provocado  
347 pelo próprio Comitê, a partir de um processo de avaliação, então esse processo de avaliação inclui o  
348 monitoramento sistemático. Ele comenta, como primeiro ponto, que a AGERH vai adotar todo o  
349 processo regulatório em cima da proposta de Enquadramento, mas que a AGERH também adota o  
350 que ela chama de metas progressivas, porque não é num estalar de dedos ou numa aprovação aqui  
351 que se irá chegar naquela condição de qualidade, ou seja, existe uma condição atual de qualidade  
352 ali e existe aquela meta a ser alcançada. Ele completa dizendo que a AGERH tem uma rede de moni-  
353 toramento que pode contribuir com essas avaliações e que as companhias de saneamento podem  
354 fazer também e o próprio comitê de bacia, pelo menos no seu entendimento, se ao longo do tem-  
355 po, com esse acompanhamento sistemático, se perceber que essa meta é uma meta inexecutável  
356 nesse horizonte de tempo, há que se fazer uma proposição de revisão do enquadramento. E conclui  
357 dizendo que assim como o próprio processo de planejamento dos planos de bacia também é dinâ-  
358 mico, ele entende que o enquadramento também seja dinâmico. O Sr. André Sefione/CESAN diz que  
359 a CESAN não está questionando o processo de enquadramento de forma nenhuma, mas diz que já  
360 participou desse processo no Jucu e quando se coloca a sociedade ali, uma pequena amostra da  
361 sociedade, para decidir o rio que se quer, sem uma clareza do impacto disso no processo produtivo,  
362 a sociedade vai querer o paraíso, e aí, como o Sr. Fábio Ahnert/ SEAMA colocou muito bem, o ques-  
363 tionamento levantado inicialmente não soa tão estranho porque se tem uma questão da vazão ali  
364 contribuindo, mas se toma como exemplo o Rio São José, ele está em toda a sua extensão classifi-  
365 cado na classe 1, se ele estiver lendo corretamente o mapa, e os demais tributários da bacia inteira

366 classificados como classe 2, que é o que se deseja para daqui a 20 anos. É óbvio que a Outorga não  
367 irá agora cobrar isso agora, e sim aos poucos, progressivamente, mas com essas condições o setor  
368 de saneamento fica numa situação meio “esquizofrênica”, porque para quem capta água, o desejo é  
369 que o rio seja classe 1, mas para quem lança efluente tratado, classe 1 é um terror, pois demandaria  
370 uma ETE que praticamente lançasse água potável dentro do rio. Então, essa é a análise que se está  
371 fazendo e não tem nada a ver com saneamento, tem a ver com desenvolvimento, que é o que foi  
372 discutido no item anterior. Ele diz que isso é pensar na utilização do recurso com responsabilidade  
373 para gerar desenvolvimento e que, às vezes, o pessoal tanto do comitê quanto da sociedade não  
374 tem essa perspectiva, pois ele quer a água cristalina, mas depois quando o agricultor vai pedir uma  
375 outorga para lançar e lhe é negada, ele fica inconformado e se revolta com os membros do comitê.  
376 Por fim, ele reitera que não é contra, inclusive porque esta decisão é do Comitê, e ele defende essa  
377 autonomia, mas que deixa registrado esse alerta. A Sr.<sup>a</sup> Monica Amorim responde que essa etapa  
378 do sonho é anterior àquilo que é mais real ou mais próximo do real que se consegue, que é o traba-  
379 lho que é feito na modelagem e na proposição de cenários, pois a modelagem revela seu resultado,  
380 que é o “rio que podemos” e não o “rio que queremos” e as pessoas caem em si, pois se está falan-  
381 do da questão do custo, e é por isso que todos devem estar no comitê para defender aquilo que é  
382 mais importante para cada instituição. Em seguida, o Sr. Yhuri Nóbrega/INSTITUTO MARCOS DANIEL  
383 diz que deseja fazer uma ponderação e diz que muitas vezes a preocupação é focar sempre no uso,  
384 seja de qual for o recurso, mas que gostou bastante do enquadramento, da modelagem, achou a  
385 metodologia muito robusta, e acha que uma meta de 20 anos é bastante adequada para irem avali-  
386 ando e caminhando juntos, porque além do uso, deve-se lembrar da vocação também, a vocação  
387 biológica, ou seja, deve-se fazer essa ponderação biológica, porque algumas áreas ali, como por  
388 exemplo, o Sooretama, é um dos maiores fragmentos de Mata Atlântica do Estado. Então, ele diz  
389 que às vezes se pensa muito no uso, mas se esquece que a água lá no enquadramento especial,  
390 quase potável, como a CESAN falou, é importante para que se garanta os serviços ecossistêmicos  
391 que aquela floresta em pé desempenha, inclusive até esses serviços que sustentam a vocação eco-  
392 nômica do município e, então, ele ressalta a importância da biodiversidade, lembra também que a  
393 água existe para o uso das pessoas, mas também para sustentar a biodiversidade que sustenta o  
394 serviço ecossistêmico, que sustenta a própria atividade econômica. Reitera que gostou muito do  
395 estudo, e que seu voto será favorável a ele. Ele ainda reforça que acha que esse horizonte tem  
396 que ser para sempre, principalmente nessas áreas de Mata Atlântica, uma das poucas áreas de Ma-  
397 ta Atlântica robusta, que existe no Estado, e aí ele não poderia deixar de fazer essa fala, pois se está  
398 na Semana da Mata Atlântica, ontem foi o Dia Nacional da Mata Atlântica, então ele acha que tem  
399 que ter essa régua alta mesmo, que achou o período de 20 anos bastante adequado e acha que se  
400 tem que caminhar para que realmente se tenha essa água de qualidade como deve ser para supor-  
401 tar os serviços ecossistêmicos, e encerra sua fala. Em seguida, o Sr. Sergio Fantinni/FINDES diz que  
402 não se sente confortável no momento para homologar os enquadramentos, não pela apresentação  
403 ou pelo que foi discutido antes, mas porque não participou do processo e atualmente está no CERH  
404 representando o setor produtivo, e então ele inicialmente, com todo o respeito à equipe da AGERH,  
405 e a fim de que tome uma decisão que não se arrependa por omissão, após ter ouvido as falas do Sr.  
406 André Sefione/CESAN, ele diz que aproveita o momento para registrar o pedido de vistas da FINDES  
407 ao processo para que possa internalizar o assunto junto aos colegas, com o compromisso de que na  
408 próxima reunião já tenha alcançado um entendimento final. Ele ainda pergunta à AGERH como eles  
409 enxergam o impacto, qual seria na visão da AGERH o impacto ao setor produtivo, por exemplo, a  
410 questão do “rio que podemos ter”, e ele diz que isso lhes interessa demais, porque não se está pen-  
411 sando apenas nas empresas, os usuários são pessoas que estão tanto no lazer, quanto no trabalho,  
412 quanto em qualquer outro lugar. O Presidente do CERH Sr. Felipe Rigoni diz que o pedido de vistas  
413 da FINDES está registrado e que voltará a ser pautado na próxima reunião, em 30/07/2024, e que,  
414 inclusive, haverá também uma apresentação do programa Águas e Paisagens II para os Conselhei-  
415 ros. Em seguida, ele passa a palavra para a Sr.<sup>a</sup> Monica Amorim responder o questionamento da  
416 FINDES e acrescenta o seu questionamento, se no processo de discussão do enquadramento é tra-  
417 zido a esse processo os Planos Diretores Municipais. Ela então responde que sim, como é um pro-

418 cesso de planejamento, toda vez que se elabora enquadramentos ou planos de recursos hídricos, é  
419 preciso olhar o que se chama de planos setoriais, aqueles que tem alguma relação com a temática  
420 de recursos hídricos, ou seja, eles são trazidos. E acrescenta que, no caso do enquadramento, houve  
421 um olhar mais forte para os planos municipais de saneamento por conta dos programas de efetiva-  
422 ção que têm ações muito semelhantes e, no caso da pergunta do Sr. Sérgio Fantinni, ela diz que  
423 particularmente acredita que implementar o que está disposto tanto nos planos quanto nos enqua-  
424 dramentos só vai trazer impactos positivos ao setor produtivo, que é claro que isso precisa ser feito  
425 de forma articulada com todos os interessados, inclusive o setor produtivo, inclusive a preservação  
426 ambiental e da biodiversidade, e inclusive o saneamento. Ela afirma que os grandes usuários têm  
427 que estar pactuados, articulados, tanto na elaboração quanto na implementação desses processos,  
428 e conclui dizendo que acha muito justo o pedido de vistas da FINDES e fica feliz em saber que existe  
429 um interesse real para se conhecer o trabalho que foi feito, e que uma vez que não foi possível par-  
430 ticipar lá atrás, então é importante que se conheça agora aquilo que foi feito, e agradece. O Sr. An-  
431 dré Sefione/CESAN diz que por mais que tenha colocado essa preocupação, não lhe parece, pelo  
432 menos no que tange à responsabilidade do CERH, de dizer sim ou não ao processo, mas que o que  
433 se poderia questionar nesse momento é o processo, ou seja, para ele é questionável o processo,  
434 para ele a excelência e a competência da AGERH não estão sendo questionadas, mas que o que ele  
435 e o representante da FINDES estão levantando é uma preocupação no sentido de que se realmente  
436 aquelas pessoas que escolheram esse “rio que queremos” possuem a clareza do impacto disso no  
437 processo produtivo. Ele ainda diz que, por outro lado, o Sr. Yhuri Nóbrega/INSTITUTO MARCOS DA-  
438 NIEL fez uma fala fantástica e que os engenheiros precisam de vez em quando dos biólogos para  
439 lembrarem que existe natureza. Ele diz ao representante da FINDES que acha que ele tem direito de  
440 pedir vistas para compreender o processo, mas que acredita que isso não resulte no impedimento  
441 do que foi decidido pelo Comitê, ou seja, servirá para o Conselho ter clareza do que lhe cabe de  
442 fato, uma vez que a decisão do enquadramento é do Comitê, pois ele tem essa prerrogativa e que  
443 eles estão apenas para alertar sobre as possíveis futuras dificuldades, mas como o Sr. Fábio Ah-  
444 nert/SEAMA colocou, esse processo é dinâmico. Ele ainda ressalta o que foi colocado pela Sr.<sup>a</sup> Mo-  
445 nica Amorim, e a CESAN também estava lá nos Comitês, assim como eles esperam que a FINDES  
446 também esteja, e que agora também ele entende que pode ser que o seu colega da CESAN, que  
447 estivesse, talvez não tivesse percebido, e enfim, isso é uma votação de um grupo, que é onde está a  
448 beleza do processo. O Presidente do CERH Sr. Felipe Rigoni esclarece que a plenária diz sim ou não,  
449 ou seja, homologa ou não homologa o processo e, no caso de não homologar, o processo volta ao  
450 Comitê de bacia e eles irão refazer o processo, e explica que o que o CERH não pode dizer é, por  
451 exemplo, se o trecho do rio está enquadrado como X, agora o CERH quer Y, mas pode-se negar, sim,  
452 o que foi aprovado pelo Comitê. A Sr.<sup>a</sup> Monica Amorim diz que quer finalizar fazendo uma sugestão,  
453 e agradecer as ponderações e a participação. Ela diz que esse plano foi elaborado pela coordenação  
454 da Agência Nacional de Águas com a participação do IGAM e da AGERH, com uma metodologia um  
455 pouco diferente daquela utilizada nos planos feitos no Estado, então, ela acha que para conhecer de  
456 uma forma mais profunda o processo e o procedimento utilizado, e sugere convidar alguém da  
457 Agência Nacional de Águas, como a Sr.<sup>a</sup> Ana Paula Generino, que foi quem coordenou tudo isso pela  
458 ANA. Em seguida, o Sr. Alex Leal/ CBH ITABAPOANA participa tanto do CBH Pontões quanto do Bar-  
459 ra Seca, diz que havia preparado uma apresentação, mas que achou melhor desistir, porque acha  
460 que ao invés de trazer esclarecimento iria suscitar mais dúvidas e até porque não é especialista no  
461 assunto. Ele confessa que a situação narrada do enquadramento do São José lhe caiu como uma  
462 carapuça, uma vez que o rio São José deságua na Lagoa Juparanã e Sooretama capta aquela água de  
463 baixa qualidade para o consumo da sua população, e então bem rapidamente sugere também que,  
464 se possível, alguém da ENGEORPS traga algum esclarecimento à construção do plano, pois os re-  
465 presentantes da ANA, AGERH e ENGEORPS estariam mais aptos a falar sobre todo o processo o  
466 qual ele participou, muito mais do que os membros do próprio Comitê. Em seguida, o Sr. Fabio Ah-  
467 nert/SEAMA sugere à FINDES organizar uma reunião técnica, que poderia ser no formato virtual ou  
468 híbrido, envolvendo ENGEORPS, ANA, IGAM e o setor de usuários (indústria, agricultura e sanea-  
469 mento), durante o período de vistas, e a AGERH ajudaria na articulação, pois isso iria subsidiar a

470 FINDES e o setor de usuários no posicionamento do pedido de vistas que será trazido para a próxi-  
471 ma reunião do CERH. Não havendo mais manifestações, o Presidente do CERH reitera que estão  
472 concedidas as vistas do processo para a FINDES e passa ao próximo ponto de pauta.

473 **PONTO V - APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE CAPACITAÇÃO DA**  
474 **AGERH, REFERENTE AO PERÍODO 2024 A 2027. PROCESSO E-DOCS 2024-8V2DQ - REQUERENTE:**  
475 **AGERH/PROGESTÃO;**

476 O Presidente do CERH Sr. Felipe Rigoni passa a palavra para a Sr.<sup>a</sup> Walquiria Soares/Servidora  
477 AGERH, que faz a apresentação do Plano Plurianual de Capacitação da AGERH, referente ao período  
478 2024/2027 (anexo). Ela esclarece que o assunto precisou ser novamente pautado no CERH em vir-  
479 tude de uma exigência desse novo ciclo do programa, anteriormente certificado de maneira dife-  
480 rente, e que mesmo tendo apresentado a ata de apresentação para a ANA, esta exigiu que fosse  
481 encaminhado pelo CERH uma aprovação que não somente conste no registro em ata, mas, ainda,  
482 uma Deliberação publicada. Em seguida, o Sr. André Sefione/CESAN diz que sente falta de encontrar  
483 os técnicos analistas da AGERH em eventos técnicos, como Congressos e Seminários, onde ele afir-  
484 ma serem espaços de bastante aprendizado, e sugere que seja feito um pouco mais de investimento  
485 nesse sentido. Não havendo mais manifestações, o Presidente do CERH Sr. Felipe Rigoni coloca o  
486 Plano Plurianual de Capacitação da AGERH em deliberação e ele é aprovado por unanimidade. Em  
487 seguida, ele precisa se ausentar e passa a Presidência da reunião para a Secretária Executiva Sr.<sup>a</sup>  
488 Cintia Laures, que passa para o próximo ponto de pauta.

489 **PONTO VI - APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ESPÍRITO SANTO;**

490 A Presidente da reunião Sr.<sup>a</sup> Cintia Laures abre o tema e o contextualiza brevemente, e passa a pa-  
491 lavra para o servidor da AGERH, que atua na Coordenação de Outorga de Irrigação, Sr. Pedro Ra-  
492 mos, que faz sua apresentação (anexo), que apresenta um panorama atual sobre as outorgas no  
493 Estado, por região hidrográfica e área de abrangência dos Comitês e as vazões constantes no balan-  
494 ço hídrico do Sistema de Outorgas da AGERH. Ele comenta que o que chamou muita atenção para  
495 ele nas reuniões da revisão do PIRH, foi a consultora da ENGECORPS ter falado que para algumas  
496 sub-bacias do Doce capixaba não há solução de gestão, ou seja, mesmo com zero de perda na dis-  
497 tribuição de água, com agricultura de irrigação milimetricamente precisa de todos os usuários,  
498 sempre faltará água nessa região e sugere que o Estado invista em reservação, migre os usuários  
499 para captação de água subterrânea, uma vez que é o maior centro produtor de café do Estado, ou  
500 seja, deve-se ter uma atenção especial a essa região de Jaguaré, São Gabriel da Palha e Vila Valério,  
501 que são os três maiores produtores de café, para que eles possam irrigar. Ele ainda apresenta o  
502 mapa de requerimento de outorga, que mostra os outorgados e os que estão aguardando a análise,  
503 e que ainda não conseguiram analisar as outorgas da região Metropolitana, em virtude das dificul-  
504 dades com as outorgas da CESAN. Por fim, ele esclarece que a disponibilidade apresentada para a  
505 região do Doce irá mudar em virtude do novo estudo de regionalização de vazões que será adotado  
506 e que no Itaúnas a maioria dos usuários já estão com os processos de outorga renovando, uma vez  
507 que é a bacia com mais requerimentos antigos. Em seguida, é passada a palavra para os Conselhei-  
508 ros, e o Sr. André Sefione/CESAN se manifesta dizendo que o desafio da CESAN é abastecer, então  
509 ele não entende isso como um problema, pois, na RMDV são mais de dois milhões de pessoas para  
510 abastecer, e são dois rios que abastecem essa região: Jucu e Santa Maria, e diz que mais de 70% da  
511 vazão que eles possuem reservada está outorgada, ou seja,  
512 3.800 l/s outorgados no Santa Maria, a CESAN já capta 70% disso, e daqueles 5.300 l/s do Jucu, cap-  
513 ta mais de 70%. Na bacia dos Reis Magos também, inclusive a captação do Reis Magos aconteceu  
514 em função daquela crise hídrica que aconteceu, uma estação construída em tempo recorde, e muito  
515 bem equipada e lá, sim, talvez se possa pensar em rever a outorga, pois atualmente ele acha que  
516 tem 500l/s outorgados e estão captando algo em torno de 300l/s. Então ele diz que quando o Sr.  
517 Pedro Ramos cita as outorgas da CESAN como sendo um problema, deve-se ter o cuidado para não  
518 passar essa impressão sobre a empresa, pois, por exemplo, quando o Sr. Weber Rocha/AVF cita o  
519 caso de Guarapari, a CESAN precisa abastecer Guarapari que, na temporada de verão, a população  
520 quintuplica, ou seja, uma cidade que tem 200 mil habitantes e, de repente, ela passa a ter 1 milhão  
521 de pessoas, e então a CESAN precisa lançar mão do Benevente, inclusive, que dista quase 20 km de

522 Guarapari. Então ele diz que é esse o desafio, abastecer, para que não fique a impressão de que ela  
523 é um problema. E quando se trata do interior, ele diz que a CESAN não representa nada quando  
524 comparada à irrigação, pois o percentual captado para abastecer aquela população é considerado  
525 ínfimo daquilo que se capta e da demanda hídrica que se tem no interior do Estado, ou seja, quando  
526 se cita a bacia do Cricaré, não é a CESAN o problema lá, onde não se consegue casar disponibilidade  
527 com a necessidade que a agricultura traz, e isso não é uma crítica à agricultura pois todos precisam  
528 comer, mas, deve-se pensar em formas mais inteligentes de utilização da água, e a CESAN está tra-  
529 balhando para encontrar formas de diminuir as perdas, assim como a agricultura deve fazer isso  
530 também, pois, segundo sua opinião, faz pouco. Então, quando o técnico da AGERH diz que a CESAN  
531 representa um problema para as outorgas de uso de água do Estado, ele entende que não é um  
532 problema, pois ela é uma concessionária e precisa abastecer. Por exemplo, na região metropolitana,  
533 na bacia do Jucu e do Santa Maria, é fato, a CESAN é a grande consumidora de água, mas para abas-  
534 tecer dois milhões de pessoas, e se for pegar o alto Jucu e o alto Santa Maria, o uso de água da CE-  
535 SAN não é significativo, ou seja, ele está falando baixo Jucu e baixo Santa Maria, mas todos preci-  
536 sam de água para beber. Em seguida, ele passa a palavra para o técnico da CESAN Sr. Cledson Wag-  
537 ner Santana, que ainda afirma que a CESAN está fazendo o dever de casa, ou seja, que a perda gira  
538 em torno de 38% médio no Brasil, e a CESAN está na média, e ainda está com quatro contratos de  
539 performance na Grande Vitória, e irá reduzir essa perda de 38% para 33%, e isso demanda um es-  
540 forço enorme, e isso se trata de perda real, pois existe a perda aparente também, e a perda aparen-  
541 te é um problema social que está fora do escopo de atuação da CESAN. Além disso, ele diz que a  
542 CESAN está fazendo um barramento para reforçar a segurança hídrica na Grande Vitória, saiu de 30  
543 poços para 100 poços explorados nos últimos 5 anos, desde a crise hídrica, reduzindo perdas, cons-  
544 truído reservatório e fazendo reuso de água tratada de ETE, e agora irá entrar uma ação junto com  
545 a CST- Vale, que irá economizar 500 l/s para a Grande Vitória e outras ações em paralelo para me-  
546 lhorar a eficiência da empresa no uso da água. E então ele diz que prevê, no futuro, um impacto na  
547 liberação de outorgas, melhorando a eficiência e, mesmo com o crescimento populacional, talvez se  
548 consiga abastecer mais pessoas com a mesma quantidade ou com menos água. O Sr. Pedro Ramos,  
549 técnico da AGERH, diz que na Nota Técnica que ele preparou, ele analisou a Portaria da CESAN e viu  
550 que 1.500l/s era para a indústria em geral e depois cruzou com o cadastro de uso de água subterrâ-  
551 nea e viu que várias indústrias que estavam dentro da bacia passaram a utilizar água subterrânea  
552 por causa da crise hídrica, então, ele fez as contas e constatou que seria possível reduzir 700 l/s da  
553 Portaria de outorga da CESAN, de forma que possibilitaria outorgar todos os irrigantes do Santa  
554 Maria da Vitória, e que a maioria deles produz alimentos, não café, ou seja, são os feirantes que  
555 vêm vender aqui na Grande Vitória. O Sr. André Sefione/CESAN diz que isso então precisa ser visto  
556 com a AGERH, pois ele esteve fazendo as contas em relação à cobrança no Jucu e no Santa Maria  
557 também, e a CST, que compra a água bruta da CESAN, nesse período da crise hídrica, conseguiu  
558 reduzir stupidamente a água consumida no processo de reutilização. Então, é preciso entender de  
559 onde está vindo essa informação e é preciso conversar com a AGERH nesse sentido, mas pede que  
560 não se fale que a CESAN é um problema, ainda que ela precise melhorar muito. O Sr. Pedro Ramos  
561 concorda e diz que o problema, na verdade, é da AGERH, para outorgar os irrigantes, porque a CE-  
562 SAN já está outorgada, e é essa a interpretação da fala que ele fez inicialmente. Em seguida, o Sr.  
563 Almir Bressan Junior questiona se existe alguma estimativa de qual o percentual de outorgados, ou  
564 seja, qual o universo de captação existente, e o Sr. Pedro Ramos responde que existem no banco de  
565 dados da AGERH 41 mil processos, ou seja, usuários cadastrados, não outorgados, e que no último  
566 senso agrícola foram contabilizadas quase 120 mil propriedades rurais e que pelo menos um poço  
567 para beber água haverá em cada propriedade. O Sr. Almir Bressan Junior questiona ainda se não  
568 seria o momento de fazer um esforço de cadastramento, visitando essas propriedades, e o Sr. Pedro  
569 Ramos mostra os pontos no mapa, objeto do cadastro da AGERH realizado junto com a FAPES, rela-  
570 ta que foram abertos postos nos CBHs e em diversas instituições nos municípios, mas que é preciso  
571 aumentar a equipe da AGERH, caso contrário o cadastro será aumentado, mas não há como outor-  
572 gar, e então só aumentará o passivo de outorgas. O Sr. Murilo Pedroni/FAES diz que, enquanto se-  
573 tor de usuários, ele crê que não se deve brigar pelo “bolo”, mas juntar esforços para fazê-lo, pois  
574 quando se vem falar de gestão de recursos hídricos, existem entre 120 mil e 130 mil propriedades

575 rurais, e é do bolso do proprietário que sai o recurso para ele fazer a sua captação e o seu sanea-  
576 mento, então, sim, são 130 ou 120 mil poços em propriedades rurais, porque eles não têm esse  
577 atendimento. Ele ainda diz que se analisar o Espírito Santo na área de irrigação, no cenário nacional,  
578 proporcionalmente é o estado que mais irriga, e isso é motivo de orgulho, onde a grande maioria  
579 dos municípios depende do setor primário para o desenvolvimento da sua economia, a qual com-  
580 põe o tripé da sustentabilidade. E quando se fala em gestão de recursos hídricos de propriedades  
581 rurais, se está falando que nas 40 mil barragens no Estado do Espírito Santo, ou muito mais talvez,  
582 os produtores rurais tem feito essa gestão de quantidade hídrica há muito tempo, às vezes até an-  
583 tes de existir o próprio licenciamento de barragens, que tanto se lutou para que fosse acessível, e a  
584 FAES gosta de fazer esse reconhecimento, de que hoje “é muito tranquilo” fazer o licenciamento  
585 para se puder fazer essa gestão hídrica, e que, de tempos em tempos, tem que se lidar com uma  
586 crise hídrica e com as questões dos barramentos. E então, conforme até já conversado francamente  
587 com o Sr. André Sefione/CESAN na última reunião, ele entende que é preciso que o setor de sane-  
588 amento invista nessa área de reservação hídrica também, porque não fica legal simplesmente sen-  
589 tar numa legislação que não pode ser diferente, é óbvio, pois em crise, a prioridade é o abasteci-  
590 mento humano, mas é preciso entender e reconhecer os esforços que todo o setor produtivo faz  
591 para poder manter as suas atividades, e quando se vê, foi um produtor que investiu, tirou dinheiro  
592 do bolso, fez a sua barragem, e tem que abrir mão da sua barragem em detrimento de quem não  
593 investiu; isso fica um pouco complicado. Então mais uma vez ele parabeniza a ideia, inclusive do Sr.  
594 Fábio Ahnert/SEAMA, de fazer essa reunião do enquadramento, que ele julga ser um ponto impor-  
595 tante para dar um “start” de cada um fazer o seu dever de casa, de empurrar o produtor pra dentro  
596 do Comitê, mas empurrar com qualidade, fazer essa discussão boa, porque o Sr. Yuri Nóbrega/  
597 INSTITUTO MARCOS DANIEL comentou e foi muito boa sua colocação e importante, de que a  
598 nossa riqueza está na biodiversidade, então é cada vez mais afinar para que esses pontos no mapa  
599 fiquem verdes, obviamente que fazer tudo não vai dar, mas que não deixem de trabalhar as voca-  
600 ções do estado do Espírito Santo e diz que podem contar com a FAES para melhorar esses índices de  
601 perdas na agricultura e na irrigação, especialmente na região sul, pois na região norte do Estado  
602 eles já estão bem satisfatórios. O Sr. André da Silva/IFES diz que todas as falas foram importantes e  
603 que deseja também colocar dentro desse cenário a necessidade de se educar as pessoas, tanto pe-  
604 quenas quanto adultas, pois ele pensa que qualquer tipo de avanço tecnológico e de preocupação,  
605 se não houver uma atuação em nível de educação, sempre resultará em um ciclo de crise, que me-  
606 lhora, piora e não se aprende nada com isso, e exemplifica. Então, ele sugere que se trabalhe aqui  
607 no estado junto com a Secretaria de Educação, para que se possa educar as crianças e educar os  
608 pais dessas crianças também, porque muitas vezes se trabalha com tecnologias novas e, às vezes, o  
609 próprio produtor rural não quer trabalhar com tecnologia nova, seja por receio, custo ou outro mo-  
610 tivo, e sugere que se trabalhe também com educação no campo. Em seguida, é passada a palavra  
611 para o Sr. Juan Ricardo Senna/CBH ITABAPOANA faz um adendo em toda a conversa pautada, e diz  
612 que o Estado está deixando de investir em um programa muito importante, bem trabalhado em  
613 Atílio Vivacqua, que é o Barraginhas, e ele acha que quanto mais os municípios investirem nessa  
614 tecnologia, mais importante será para a questão do plantio de água quanto para diminuir os desas-  
615 tres naturais na região, e sugere que o Conselho intervenha, fazendo a solicitação para que esse  
616 programa volte a funcionar no Estado, que como secretário de meio ambiente do município de Do-  
617 res do Rio Preto, ele já fez o pedido algumas vezes e foi negado devido ao programa ter sido encer-  
618 rado, que falaram que abririam um novo programa, mas não aconteceu e, como uma das caixas  
619 d'água do Estado também, a região do Caparaó, e tantos mais municípios se fizerem trabalhar nessa  
620 questão das barraginhas, mais terá o solo infiltrado e alimentados seus lençóis freáticos, menos  
621 problemas terão com escassez de água e erosão. Em seguida, é passada a palavra para a Sr.<sup>a</sup> Márcia  
622 D'Isep, que atua na Coordenação de Hidrologia, Informação e Pesquisa da AGERH, fazer sua apre-  
623 sentação sobre o monitoramento de qualidade dos recursos hídricos do estado (em anexo). Ela  
624 apresenta o programa Qualirios, e faz um panorama sobre o monitoramento de qualidade realizado  
625 pela AGERH em 100 pontos de monitoramento, distribuídos em todo o estado do ES, considerando  
626 o Índice de Qualidade de Água, que avalia objetivamente a qualidade da água bruta por meio da  
627 análise de 9 parâmetros da água coletada. Em seguida, o Sr. Almir Bressan Junior/FECOMÉRCIO

628 questiona se a atual rede de monitoramento não poderia ter uma amostragem maior, com maior  
629 frequência de campanhas por ano, uma vez que atualmente 4 campanhas anuais, e se a limitação  
630 atual da AGERH para não o fazer seria de recursos. O Diretor Presidente da AGERH, Sr. Fábio Ah-  
631 nert/SEAMA, responde que o ideal seria sempre aumentar a rede, mas isso implica num custo de  
632 logística e de pessoal, que a AGERH tem muito reduzido, além do custo de análise laboratorial, e ele  
633 acha que o que mais aperta entre eles é a logística de pessoal, então, o que talvez se tenha que am-  
634 pliar é o número de parâmetros, principalmente incluindo metais, a fim de iniciar a analisar a ques-  
635 tão da poluição difusa por agrotóxicos e fertilizantes, e também a componente do saneamento, do  
636 esgoto não tratado, que tem um impacto grande, mas tem essa variável que é da poluição difusa  
637 vinda da fertilização e dos agrotóxicos, que é um desafio não só para o estado do ES, mas para pra-  
638 ticamente todos os estados. E, com a limitação da atual estrutura, ele sugere ainda combinar os  
639 esforços da AGERH, envolvendo secretarias municipais de meio ambiente e os comitês de bacia e,  
640 inclusive, existe um programa hoje no Estado que é o Proesam, que trabalha para apoiar os municí-  
641 pios, mas ao mesmo tempo exigir que os municípios atendam a algumas metas, e como uma pri-  
642 meira meta colocada é o município participar minimamente do comitê de bacia, mas também essa  
643 é uma ideia boa de, no âmbito do Proesam, incluir para que o município ajudasse a AGERH a au-  
644 mentar a malha amostral, e até a frequência de coleta. Assim, ele pensa que o Proesam seria um  
645 caminho para isso porque é uma forma do município acessar recursos para apoiar a SEAMA, e então  
646 daria também essa contrapartida cumprindo essa meta. Então acho que é uma ideia boa a se discu-  
647 tir com a SEAMA. A Presidente da reunião, Sr.ª Cintia Laures diz que o Proesam é um programa de  
648 pagamento por resultados, nos moldes do Progestão, só que dentro do Proesam existem as diferen-  
649 tes temáticas tratadas - agendas marrom, verde e azul, e ocorreu o primeiro ciclo de acesso ao re-  
650 curso e agora se está pensando no segundo ciclo, que pode ser uma oportunidade de se colocar  
651 outros critérios também para os pagamentos, e ela diz que está anotando e irá repassar para a  
652 equipe do Proesam estudar essa possibilidade, além do registro em ata. A Sr.ª Marcia D'Isep escl-  
653 rece ainda o Conselheiro representante da FECOMÉRCIO que uma campanha nos pontos de coleta  
654 mostrados no mapa leva dois meses para ser feita, ou seja, para os técnicos coletarem a amostra e  
655 terem que retornar em 24 horas para não perder o prazo de processamento da análise no laborató-  
656 rio. Então eles têm um mês para dar um descanso, porque a equipe é pequena, e é a mesma equipe  
657 que depois volta para realizar nova campanha, para então levar mais dois meses para fazer todo  
658 esse percurso, todas essas coletas, então tem a logística que é o principal. Ela ainda relata que, so-  
659 bre o auxílio dos municípios, existe uma experiência pretérita, na época da balneabilidade das  
660 praias, onde havia acordos de cooperação técnica com as prefeituras e eles realizavam as coletas  
661 pra AGERH, que as levava para o laboratório, e então assim, se podia aumentar o número de análi-  
662 ses também, só que na época havia um laboratório próprio. Então, talvez possa se fazer alguma  
663 coisa, e já pensaram em algumas soluções, como fazer a revisão do programa, ouvir os comitês para  
664 sugerirem novos pontos, assim como se fez na época da balneabilidade, porque eles conhecem  
665 mais a realidade também. Então ela diz que é importante ter essa parceria com os municípios. O Sr.  
666 Maurício Gomes/CBH RIO NOVO sugere que a AGERH faça uma parceria com o programa Vigiágua,  
667 da Secretaria de Saúde, que promove a vigilância da qualidade da água para o consumo humano. A  
668 Sr.ª Sthephanie Magalhães/AMUNES pergunta um pouco mais à AGERH sobre a questão da logística  
669 que envolve o monitoramento e acrescenta que no município da Serra, eles possuem o trabalho de  
670 monitoramento tanto dos recursos hídricos quanto da balneabilidade de praias, e que poderia fa-  
671 cilmente fazer uma cooperação e fornecer os dados, os quais estão publicizados no site da prefeitu-  
672 ra, mas diz que gostaria de entender o motivo de se optar que o próprio pessoal da AGERH faça a  
673 coleta ao invés de contratar o laboratório para coletar e realizar as análises, se é por uma questão  
674 orçamentária. A Sr.ª Marcia D'Isep responde que é pela questão orçamentária, pois se eleva muito  
675 o valor do contrato, que passa a cobrar por quilometragem e terão que percorrer todo o estado, ida  
676 e retorno. Ela acrescenta que esse levantamento e orçamento já foram feitos, mas que, dependen-  
677 do da necessidade, é uma alternativa também. A Sr.ª Ahnaiá da Silva/SEAG opina, como represen-  
678 tante do IDAF no Proesam, que existe um limitante nesse programa para apoiar as atividades de  
679 monitoramento, que são contínuas, enquanto as metas do programa ocorrem em ciclos, ou seja, o  
680 programa define meta para os municípios num ciclo de 10 meses, em duas etapas, totalizando 20

681 meses, e então, para ser uma coisa contínua, ela acha que talvez não funcione. Além disso, não são  
682 todos os municípios do Estado que fazem parte do Proesam. A Presidente da reunião Sr.<sup>a</sup> Cintia  
683 Laures acredita que o segundo limitante teria que ser estudado pela equipe do programa, mas que  
684 o primeiro ela acredita que dá para ser adequado, uma vez que para o município participar do pro-  
685 grama, ele precisa de alguns pré-requisitos, ou seja, cumprir algumas métricas e alcançar alguns  
686 níveis mínimos, e exemplifica, comparando com o Progestão, e dizendo que o Proesam tem algu-  
687 mas variáveis que são firmadas com o pacto, e ela diz que irá passar para o Coordenador desse pro-  
688 grama na SEAMA essa demanda, a fim de verificar a possibilidade dessa adequação, e exemplifica  
689 com algumas possibilidades. A Sr.<sup>a</sup> Ahnaiá da Silva/SEAG sugere que talvez seja melhor não pensar  
690 como uma meta de execução, mas como uma meta de firmar termo de compromisso com a AGERH  
691 para a execução dessa ação por algum tempo, ou se firmar o instrumento, como por exemplo, um  
692 termo de compromisso, tal como foi feito com a balneabilidade, a fim de que esses municípios te-  
693 nham pontos de coleta e repassem essas informações a AGERH. O Sr. Fabio Ahnert/SEAMA diz que  
694 é uma ideia, que deve sentar com a equipe para conhecer a estrutura do programa e a exequibili-  
695 dade disso e que a representante da AMUNES já colocou a disponibilidade de firmar acordo de coo-  
696 peração, e isso é algo que já se pode começar agora, e se depois isso vier a fazer parte do Proesam  
697 será excelente. Em seguida, ele inicia a sua apresentação (em anexo), diz que se trata de um resumo  
698 do panorama atual qualiquantitativo das bacias capixabas, e para saber mais detalhes sobre o as-  
699 sunto, ele posteriormente disponibilizará o link do site da AGERH do Plano Estadual de Recursos  
700 Hídricos - PERH e dos planos de bacia para cada bacia, que são documentos muito ricos do ponto de  
701 vista de diagnóstico, mas obviamente que o diagnóstico do plano está um pouco defasado quando  
702 confrontado com o mapa das outorgas do uso da água que o Sr. Pedro Ramos mostrou agora há  
703 pouco, mas boa parte do que está diagnosticado para aquela bacia, por exemplo, em termos das  
704 vazões características, as vazões médias de longo termo, as vazões mínimas, as vazões máximas, as  
705 demandas principais em termos de plano de ação de cada bacia, constam nesses documentos cita-  
706 dos. Ele contextualiza na sua apresentação, dizendo que o Espírito Santo hoje tem praticamente  
707 todos os instrumentos de gestão iniciados e o único que não estava iniciado era a cobrança pelo uso  
708 da água, mas que já foi iniciado na Bacia do Rio Jucu, e os primeiros boletos foram emitidos no final  
709 do ano passado, e agora tem vários comitês de bacia que já estão desenvolvendo as suas delibera-  
710 ções para a equação de cobrança, ou seja, ele imagina que ao longo desse ano e do ano que vem  
711 venha a se ter um incremento de muitas bacias deliberando pela cobrança pelo uso da água, e isso  
712 é muito importante porque é uma das fontes de recurso que irá ajudar a viabilizar um monte de  
713 ações que estão previstas nos planos de bacia. Ele ainda fala sobre uma componente muito impor-  
714 tante para a gestão que eles estão tentando aperfeiçoar, que é o monitoramento fluviométrico, ou  
715 seja, o monitoramento de vazões, que é um trabalho difícil e caro, pois envolve tecnologia e com-  
716 plexidade, por exemplo, sinal para envio de dados por satélite, necessários para operarem por te-  
717 lemetria. Ele diz que a AGERH passou de 6 para 28 estações para operar, que é um trabalho muito  
718 complexo, que exige equipe no campo para manutenção preventiva e corretiva, e que é o foco da  
719 AGERH avançar em modelos chuva-vazão, pois se antes havia extremos climáticos com frequência  
720 menor, agora a frequência é muito maior com chuvas intensas, muitas vezes no período seco, e  
721 seca no período chuvoso, ou seja, o clima está diferente, e o Espírito Santo ele está numa zona geo-  
722 gráfica de muita incerteza meteorológica. Ele apresenta o sistema de alerta do Rio Itapemirim, que  
723 está a cada dia sendo aperfeiçoado e calibrado para se tentar fazer uma previsão das vazões que  
724 ocorrem na porção mais alta do Itapemirim e o tempo de deslocamento dessa onda de cheia até o  
725 município de Cachoeiro, e ainda fala sobre o HIDROES, um aplicativo para celular que permite moni-  
726 torar chuva e vazão em bacias hidrográficas do estado do Espírito Santo, atuando na região do rio  
727 Santa Maria da Vitória, mas que pretendem expandir para outras bacias. Além disso, ele apresenta  
728 o projeto Água na Medida Certa, que incentiva o uso racional da água, principalmente para agricul-  
729 tores, atualmente com duas unidades-piloto, em Nova Venécia e em Laranja da Terra, onde a ideia  
730 é promover a irrigação mais tecnicizada pelo pequeno produtor rural, e diz que esse projeto busca  
731 exatamente a utilização de pluviômetros e, muitas vezes, irrigômetros, que são sistemas muito sim-  
732 ples, que orientam o produtor a fazer a irrigação da forma mais adequada possível, e isso, em volu-  
733 me, causa um impacto muito positivo na questão do uso racional da água. E ele finaliza apresentan-

734 do sobre o Probasias, uma iniciativa de saneamento rural, com três microbasias piloto no sul do  
735 Estado, uma em Cachoeiro, uma em Vargem Alta e a outra em Muqui, e o trabalho basicamente  
736 consiste na instalação de biodigestores, uma tecnologia simples e relativamente barata, em áreas  
737 piloto, para retirar o efluente daquela área rural que não é alcançada, por exemplo, pela rede con-  
738 vencionial do SAAE ou da CESAN. Ele ainda cita o SISPLAN, sistema desenvolvido pela AGERH para  
739 monitorar as ações dos planos de recursos hídricos, ele é retroalimentado, a fim de que cada Comi-  
740 tê de Bacia consiga ver melhor em que nível as ações estão se desenvolvendo em suas bacias, e en-  
741 tão o desafio é fazer com que essa ferramenta se torne cada vez mais de uso frequente no cotidiano  
742 do Comitê. Ele ainda comenta acerca dos projetos previstos para acontecer no âmbito do Programa  
743 Águas e Paisagens II, o qual deve ser assinado até o meio do ano, que são: o estudo hidrogeológico,  
744 a atualização da regionalização, o estudo de disponibilidade e o diagnóstico da disponibilidade hí-  
745 drica superficial, que trará uma atualização mais recente das vazões superficiais, embasando uma  
746 estratégia para melhorar o cadastro de usuários, pois contratar o estudo sugerido pela FECOMÉR-  
747 CIO esbarraria num problema de orçamento, por não se tratar de um serviço barato. Outra possibi-  
748 lidade que ele aponta seria usar o apoio da Federação da Agricultura, Sindicatos Rurais e Associa-  
749 ções de irrigantes como a ASSIPES, que têm uma base de informação muito grande dos proprietá-  
750 rios rurais, pois os usuários industriais e de saneamento já são conhecidos pela AGERH, por serem  
751 em muito menor número. Ele demonstra onde encontrar no site da AGERH as informações técnicas  
752 e dos instrumentos de gestão de recursos hídricos do estado, agradece a atenção e também sugere  
753 a programação de novas apresentações pela AGERH para o CERH em outras reuniões, dando enfo-  
754 que em temas específicos, como por exemplo, a questão da cobrança, o sistema de monitoramento  
755 fluviométrico, segurança de barragens, desenvolvido muito em parceria com o IDAF. Ele ainda es-  
756 clarece para o representante da FECOMÉRCIO que o INCAPER tem uma rede muito boa, e também a  
757 Defesa Civil, e foi instituído um grupo técnico no Estado, INCAPER, AGERH e Defesa Civil e a equipe  
758 da AGERH estará no CEMADEM para firmar um acordo de cooperação técnica com eles por possuí-  
759 rem muitos pluviômetros no estado, e também com o com setor hidrelétrico, pois muitas PCHs aqui  
760 no estado têm que fazer monitoramento fluviométrico como condicionante do licenciamento e da  
761 Outorga. Então, o que a AGERH e parceiros querem fazer é integrar todas essas redes em uma  
762 mesma plataforma de dados. Então assim, o papel da AGERH seria apenas monitorar as vazões dos  
763 rios, mas a chuva é fundamental e então o desafio agora é desenvolver modelos chuva-vazão para  
764 tentar lidar com os eventos extremos. Os principais modelos de chuva-vazão existentes no Brasil  
765 estão bem calibrados para bacias grandes, como para o Doce, por exemplo, mas, para bacias pe-  
766 quenas, há um desafio metodológico e de calibração e de modelagem para ajustar esses modelos  
767 para essas bacias pequenas, e é isso que se tem buscado também em um daqueles projetos financi-  
768 ados pelo Banco Mundial, porque com uma equação boa de chuva-vazão, se consegue ajudar muito  
769 a reduzir prejuízos na ocorrência dessas chuvas fortes. O Sr. Almir Bressan/FECOMÉRCIO sugere à  
770 AGERH que se preencha a lacuna de conhecimento relacionada aos estudos das pequenas bacias da  
771 região de Guarapari. O Sr. Weber Rocha/AFV diz que o maior problema nas bacias em Guarapari é a  
772 ocupação indevida de loteamentos e fatiamento de solo para implantação de condomínios novos e  
773 que se preocupa coma CESAN, de faltar água para captar e abastecer os consumidores, pois a partir  
774 do momento que se acabam com as nascentes, a terra é área alagada e se faz desvio de rio, então o  
775 problema é sério. Ele ainda informa que houve uma ação alguns dias atrás, de mais de 300 notifica-  
776 ções e 40 multas em uma área que tem um raio de 3 km. Outra preocupação é em relação aos  
777 equipamentos que estão na beira do rio para fazer a medição, pois lá no Rio Grande do Sul, várias  
778 estações foram varridas. O Sr. Fábio Ahnert/SEAMA esclarece que essa visita ao CEMADEN é para  
779 conhecer uma nova tecnologia utilizada por eles, uma estrutura de monitoramento por ultrassom,  
780 pois atualmente a AGERH monitora a fluviometria por sondas, que é um cabo e a estação fica mais  
781 afastada da margem, o cabo vai por baixo da terra até chegar dentro do rio e medir a vazão por  
782 meio de um sensor, ou, como o CEMADEN, pode-se ter uma estrutura que é uma haste, que tem  
783 um equipamento que trabalha por ultrassom mesmo, por ondas ultrassônicas, que verifica a varia-  
784 ção do nível ou uma estrutura de margem mais alta que, quando houver inundação, também não se  
785 perde a estação na primeira onda de cheia. Ele explica que essa questão de Guarapari, como de  
786 todos os locais que têm potencial turístico, a especulação imobiliária é um desafio e a AGERH tem

787 programado ações de fiscalização em conjunto com IDAF, IEMA e Polícia Ambiental, e tentado tam-  
788 bém envolver os helicópteros do Governo do Estado, superior ao drone nesse tipo de fiscalização,  
789 pois oferece o impacto de intimidação, mas afirma que o principal limitante ainda é o quadro de  
790 pessoal, pois é um trabalho que tem que ser feito continuamente. A Sr.<sup>a</sup> Ahnaiá da Silva/IDAF com-  
791 plementa dizendo ainda que o Governo do Estado aderiu ao Brasil Mais, e agora se tem imagens de  
792 horas, sem defasagem de muito tempo e se consegue pegar dentro do mês o que está acontecen-  
793 do, então haverá uma sala de vídeo monitoramento dentro da IDAF, e se conseguirá pegar o des-  
794 matamento num tempo menor do que se pegava em campo, ou pelas imagens recebidas, de situa-  
795 ções que já haviam acontecido há meses atrás. Essa ação em Buenos Aires, Guarapari, foi o primeiro  
796 teste dessa nova tecnologia, identificando 350 pontos de possíveis desmatamentos ilegais, então foi  
797 feita uma ação em conjunto com a Polícia Ambiental e até o momento foram 48 multas aplicadas  
798 porque ainda existe o procedimento administrativo interno, e essa questão do desmatamento é  
799 importante, porque não adianta se falar aqui de vazão e de outorga, se está havendo diminuição da  
800 vazão dos rios por causa da destruição da mata. Infelizmente, essas áreas de especulação imobiliá-  
801 ria de loteamento são os maiores desafios que se tem hoje em relação a esse problema de desma-  
802 tamento ilegal, e por isso o governo está executando diversas ações para controlar essa situação e o  
803 Sr. Fabio Ahnert/AGERH diz que o município tem que fazer a parte dele e o Sr. Weber Rocha/AFV  
804 diz que atualmente o maior problema é que a caneta está na mão do prefeito, e que se deveria tirar  
805 “a caneta” do licenciamento ambiental das mãos do prefeito, e diz que é complicado demais incen-  
806 tivar investimento em novos condomínios, que é o que está acontecendo com Guarapari, Santa  
807 Tereza, Santa Leopoldina, Domingos Martins, Aracê e outros. Ele diz que essa plenária é a maior  
808 instância da sociedade para definir a questão ambiental no estado, e então eles têm uma responsa-  
809 bilidade muito grande, ou seja, precisam fazer o protagonismo do Conselho, tem que ser atuantes,  
810 e apoiar órgãos de governo para a fiscalização, para no futuro não serem julgados como omissos. O  
811 Sr. Fabio Ahnert/SEAMA diz que esse é um tema complexo, que não há tempo para se aprofundar  
812 no tema agora, mas que no poder do uso e parcelamento do solo, o município tem uma influência  
813 muito grande, e acha que ao sistema ambiental cabe fiscalizar, atuar com as denúncias, fazer essas  
814 operações que estão sendo feitas e, para fechar sua fala, em relação ao vazio institucional de Gua-  
815 rapari, comentado pelo Sr. Almir Bressan/FECOMÉRCIO, se poderia agregá-lo ao Comitê do rio do  
816 Benevente, até porque parte da água de Guarapari vem do rio Benevente por um sistema de adu-  
817 ção de água, ou ainda ao comitê do rio Jucu. Ele diz que se teria que consultar alguns indicadores,  
818 mas que ele acha que estaria mais para agregar o Guarapari ao Benevente do que ao Jucu. A Presi-  
819 dente da reunião diz que o tempo da reunião está sendo extrapolado e, após ter sido esse ponto  
820 retirado de pauta por solicitação da FINDES, passa-se para o próximo ponto de pauta.

#### 821 **PONTO VII - ASSUNTOS GERAIS;**

822 A Presidente da reunião Sr.<sup>a</sup> Cintia Laures diz que a EDP Espírito Santo fez uma solicitação, mas diz  
823 que já não há quórum para lançar essa solicitação para a plenária, e lembra a todos os Conselheiros  
824 que a próxima reunião ordinária está marcada conforme a Deliberação nº 01 de 2024, para o dia 30  
825 de julho, às 14 horas, no Auditório, para a qual será enviada uma convocação, juntamente com as  
826 apresentações e deliberações, e ainda lembra que o pedido de vistas da FINDES será pautado nessa  
827 próxima reunião, sendo que antes ocorrerá a reunião técnica ampliada conforme acordado entre  
828 FINDES e AGERH, a qual será divulgada previamente para todos os Conselheiros, que já estão convi-  
829 dados para comparecer caso tenham interesse em entender essa metodologia de enquadramento  
830 dentro do CBH, passando-se para o próximo ponto de pauta.

#### 831 **PONTO VIII - ENCERRAMENTO**

832 A Presidente da reunião Sr.<sup>a</sup> Cintia Laures agradece a presença de todos e, não havendo mais assun-  
833 tos a serem discutidos, encerra a reunião.

834 Vitória/ES, em 28/05/2024.

835

836

837

**FELIPE RIGONI LOPES**  
**Presidente do CERH**

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**FELIPE RIGONI LOPES**

PRESIDENTE (CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH - SEAMA)

SEAMA - SEAMA - GOVES

assinado em 24/09/2024 11:57:49 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 24/09/2024 11:57:49 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por CINTIA CANDIDO MATIAS LAURES (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL IV QCE-03 - SECEX-CONSELHOS - SEAMA - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-GGWDSJ>



# CAPACITAÇÃO DA AGERH 2024-2027

PLANO PLURIANUAL  
PROGRAMAÇÃO ANUAL

# PLANO PLURIANUAL DE CAPACITAÇÃO DA AGERH

- APRESENTAÇÃO :
- O PLANO DE CAPACITAÇÃO PLURIANUAL DA AGERH TEM COMO OBJETIVO ATENDER À META 1.2 DO PROGRAMA PROGESTÃO, PROMOVENDO A CAPACITAÇÃO SOBRE RECURSOS HÍDRICOS, EM ESPECIAL, OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO, PARA OS ENTES DO SIGERH-ES E OUTROS POSSÍVEIS INTERESSADOS NA TEMÁTICA. O PLANO PLURIANUAL CONSISTE NUMA **PROPOSTA** DE AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NUM DETERMINADO PERÍODO ( NO CASO, 2024 A 2027), PODENDO SER ALTERADO CONFORME AS NECESSIDADES DO SIGERH-ES, SEJA POR INICIATIVA DA PRÓPRIA AGERH OU POR DEMANDA DE ALGUM DOS ENTES INTEGRANTES DO SISTEMA. POR SER UM PLANO MAIS AMPLO, SUAS ATIVIDADES PODEM, TAMBÉM, SER TRANSFERIDAS PARA ANOS POSTERIORES, DESDE QUE SEJAM EXECUTADAS DENTRO DO PRAZO DO PLANO. EM CASO DE EXCLUSÃO DEFINITIVA DE ALGUMA ATIVIDADE PREVISTA NO PLANO, ESTA DEVERÁ SER JUSTIFICADA.

# PROGRAMAÇÃO ANUAL DE CAPACITAÇÃO

- CONSISTE NO DETALHAMENTO ANUAL DAS ATIVIDADES QUE A AGERH PRETENDE CUMPRIR, CONFORME A PROPOSTA CONTIDA NO PLANO PLURIANUAL. AS CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA CADA ANO PRECISAM SER ATENDIDAS, VISTO QUE É APROVADA PELA ANA, TORNANDO-SE UMA COMPROMISSO A SER CUMPRIDO ANUALMENTE. PODE SOFRER ALTERAÇÕES, PORÉM EM CASO DE EXCLUSÃO, DEMANDA JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL PARA TAL, COMO POR EXEMPLO, ALGUM FATOR CLIMÁTICO QUE POSSA TER IMPEDIDO O DESLOCAMENTO OU REALIZAÇÃO DA CAPACITAÇÃO. EM CASO DE ALTERAÇÃO PARA SUBSTITUIÇÃO, OU INCLUSÃO DE ALGUMA FORMAÇÃO, ESTA TAMBÉM DEVERÁ SER JUSTIFICADA EM LOCAL APROPRIADO.

# METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

- EM JUNHO DE 2023 A ANA ENCAMINHOU O INFORME Nº. 04/06/2023, NO QUAL EXPLICITA UMA METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO. A METODOLOGIA PRESENTADA TEM POR BASE UMA ABORDAGEM BASTANTE AMPLA DOS MEMBROS DO SINGERH- ES, VISANDO ATENDER A TODOS.
- O PLANO PLURIANUAL FOI ELABORADO À PARTIR DE LEVANTAMENTO DAS CAPACITAÇÕES OFERECIDAS PELA ANA EM SUA PLATAFORMA E PELA COLETA DE SUGESTÕES APRESENTADAS PELOS PARTICIPANTES DAS CAPACITAÇÕES DO ANO DE 2022 E 2023.
- TEM FOCO NOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, O QUE O TORNA AINDA LIMITADO, VISTO QUE OS DEMAIS INTEGRANTES DO SISTEMA NÃO FORAM AMPLAMENTE CONSULTADOS. ASSIM, HÁ A PREVISÃO DE QUE EM 2024 SEJA FEITA UMA MOBILIZAÇÃO MAIS AMPLA DOS COMPONENTES DO SISTEMA COM O OBJETIVO DE AMPLIAR O ALCANCE DO PLANO.
- EM PARALELO, HÁ A NECESSIDADE DE INCREMENTAR O SETOR RESPONSÁVEL POR ESTA CAPACITAÇÃO, QUE HOJE É A COAPS, COM PESSOAL CAPACITADO E RECURSOS PARA PROMOVER O PLANEJAMENTO ARTICULADO DAS CAPACITAÇÕES E EXECUTAR AS AÇÕES PROPOSTAS.



PLANO PLURIANUAL DE CAPACITAÇÃO - AGERH - 2024 A 2027

| MACROTEMA                                      | TIPO  | MODALIDADE                               | NOME DA ATIVIDADE/AÇÃO DE CAPACITAÇÃO                             | CARGA HORÁRIA (Horas) | TIPO DE PÚBLICO ALVO (Entre do SEGREH) | NOME DO PÚBLICO ALVO (Entre do SEGREH)                                | NÚMERO DE PARTICIPANTES PREVISTOS | ANO DE EXECUÇÃO | EXECUTOR    | FONTE DE RECURSOS                          | PARCERIAS | OBSERVAÇÕES  |
|--|-------|--|---|-----------------------|--|---|-----------------------------------|-----------------|-------------|--|-----------|--|
| SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE RECURSOS HÍDRICOS  | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Sistemas de Informação na Gestão das Águas: Conhecer para Decidir | 20                    | COMITÊ DE BACIA                        | Entidades institucionais da agência e demais interessados             | 100                               | 2024            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           | O público foi estimado tomando por base as capacitações realizadas em anos anteriores. |
| EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO                         | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Caminho das Águas   | 30                    | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores dos CBHs, professores, demais interessados                 | 100                               | 2024            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| SINGEIRE E INSTRUMENTOS DA PMRH                | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Agência de Água: o que é, o que faz e como funciona               | 30                    | COMITÊ DE BACIA                        | Membros dos CBHs e demais interessados                                | 100                               | 2025            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| DEFINIÇÃO, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL   | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Água e Gênero   | 20                    | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores da AGERH e gestores municipais                             | 100                               | 2026            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO                         | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Água em Curso: multiplicadores                                    | 40                    | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores dos CBHs, professores e demais interessados                | 100                               | 2024            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| HIDROLOGIA E QUALIDADE DA ÁGUA                 | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Água na Medida Certa  | 20                    | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores da AGERH, gestores municipais e demais interessados        | 100                               | 2024            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| HIDROLOGIA E QUALIDADE DA ÁGUA                 | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Hidrologia Geral  | 40                    | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores da AGERH, gestores municipais e demais interessados        | 100                               | 2025            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| DEFINIÇÃO E USO RACIONAL E SUSTENTÁVEL DA ÁGUA | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Introdução ao Manejo da Irrigação: como, quando e quanto irrigar  | 4                     | COMITÊ DE BACIA                        | CBHs, servidores estaduais e municipais, demais interessados          | 100                               | 2025            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| DEFINIÇÃO, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL   | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Reflexões para transformações democráticas na Gestão das Águas    | 10                    | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores da AGERH, formadores de opinião e demais interessados      | 100                               | 2026            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| DEFINIÇÃO E USO RACIONAL E SUSTENTÁVEL DA ÁGUA | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Reuso da água agrícola e florestal                                | 40                    | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores estaduais e municipais, demais interessados                | 100                               | 2025            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| DEFINIÇÃO E USO RACIONAL E SUSTENTÁVEL DA ÁGUA | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Práticas Mecânicas de conservação de água e solo                  | 40                    | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores estaduais e municipais, agricultores e demais interessados | 100                               | 2025            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| MARCO LEGAL E REGULAÇÃO                        | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Lei das Águas   | 20                    | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores da AGERH, gestores municipais e demais interessados        | 100                               | 2024            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| HIDROLOGIA E QUALIDADE DA ÁGUA                 | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Medindo as águas: Noções de Pluviometria e Fluviometria           | 10                    | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores da AGERH, gestores municipais e demais interessados        | 100                               | 2025            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| DEFINIÇÃO E USO RACIONAL E SUSTENTÁVEL DA ÁGUA | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Introdução à Avaliação de equipamentos de irrigação               | 4                     | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores da AGERH, gestores municipais e demais interessados        | 100                               | 2025            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| DEFINIÇÃO E USO RACIONAL E SUSTENTÁVEL DA ÁGUA | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Pagamento por Serviços Ambientais                                 | 40                    | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores estaduais e municipais, agricultores e demais interessados | 100                               | 2027            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| HIDROLOGIA E QUALIDADE DA ÁGUA                 | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Monitoramento da Qualidade da Água em rios e reservatórios        | 40                    | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores estaduais e municipais, agricultores e demais interessados | 100                               | 2027            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |
| DEFINIÇÃO, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL   | CURSO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Noções de Ciência Política aplicada à Gestão de Recursos Hídricos | 20                    | COMITÊ DE BACIA                        | Ativadores da AGERH, gestores municipais e demais interessados        | 100                               | 2027            | ANA e AGERH | Gestão e fontes próprias da ANA e da Agerh |           |  |

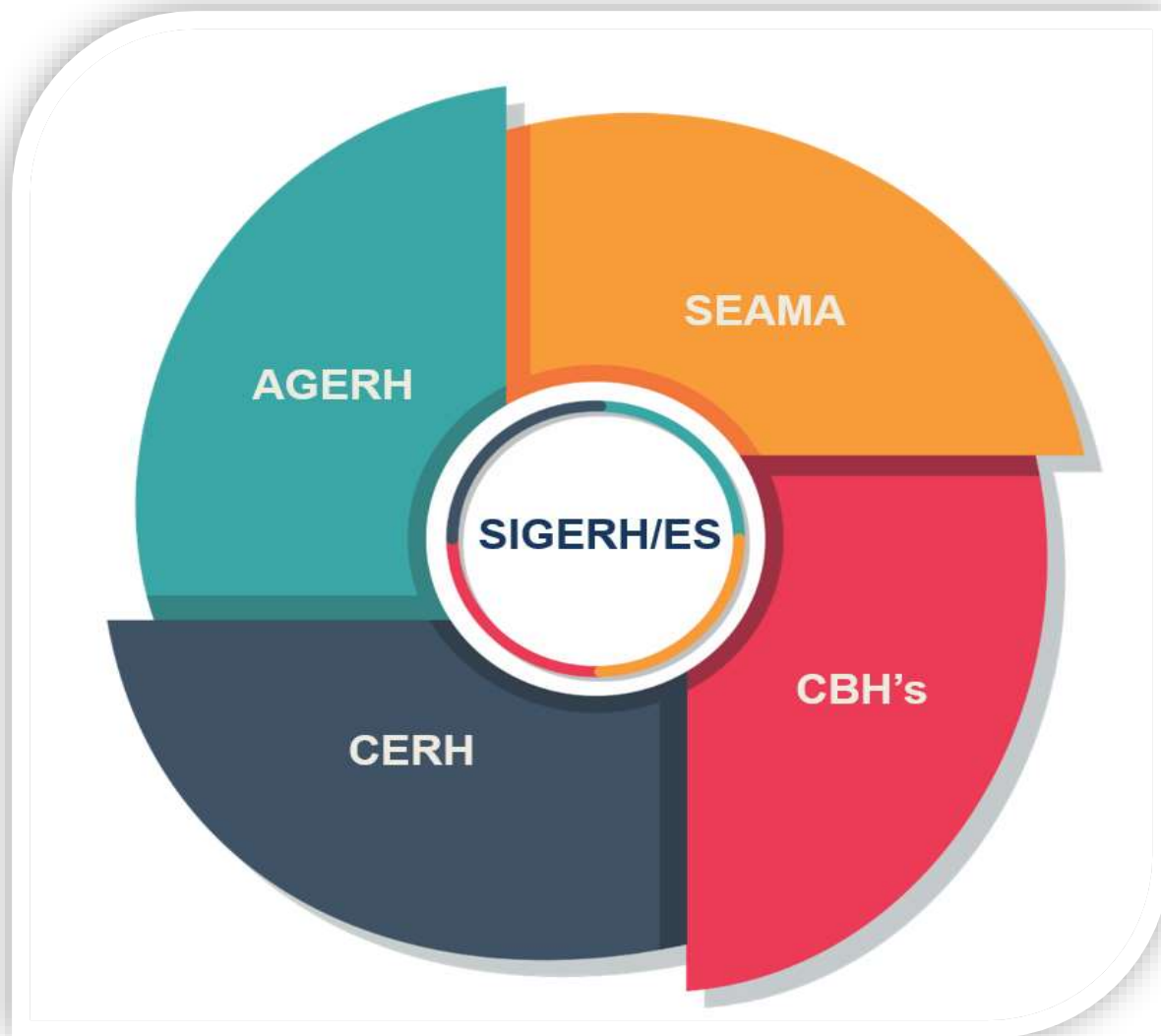
|                                 |      |
|---------------------------------|------|
| PROGRAMAÇÃO DE CAPACITAÇÃO ANO: | 2024 |
|---------------------------------|------|

| MACROTEMA                                      | TIPO   | MODALIDADE                               | NOME DA ATIVIDADE/AÇÃO DE CAPACITAÇÃO         | CARGA HORÁRIA (Horas) | PÚBLICO ALVO (Ente do SEGREH) | NOME DO PÚBLICO ALVO (Ente do SEGREH)         | NÚMERO DE PARTICIPANTES PREVISTOS | EXECUTOR | FONTES DE RECURSOS                        | PARCERIAS | PREVISÃO NO PLANO PLURIANUAL?              | JUSTIFICATIVAS/OBSERVAÇÕES   |
|--|--------|--|---|-----------------------|-------------------------------|---|-----------------------------------|----------|---|-----------|--|--|
| ESTADO DA INFORMAÇÃO SOBRE RECURSOS HÍDRICOS   | CURSO  | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | de informação em Gestão da Água: Conhecer pa  | 20                    | COMITÊ DE BACIA               | CBHs, representantes institucionais da AGERH  | 50                                | ANA      | Recursos próprios da ANA                  |           | SIM  |  |
| EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO                         | CURSO  | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Caminho das Águas                             | 30                    | COMITÊ DE BACIA               | Professores, representantes institucionais da | 50                                | ANA      | Recursos próprios da ANA                  |           | SIM  |  |
| EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO                         | CURSO  | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Água em curso: multiplicadores                | 40                    | COMITÊ DE BACIA               | Professores, representantes institucionais da | 50                                | ANA      | Recursos próprios da ANA                  |           | SIM  |  |
| HIDROLOGIA E QUALIDADE DA ÁGUA                 | CURSO  | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Água na medida certa                          | 20                    | COMITÊ DE BACIA               | servidores da AGERH, gestores municipais e    | 50                                | ANA      | Recursos próprios da ANA                  |           | SIM  |  |
| MARCO LEGAL E REGULAÇÃO                        | CURSO  | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - SEM TUTORIA | Lei das Águas                                 | 20                    | COMITÊ DE BACIA               | dos dos CBHs, servidores da AGERH e intere    | 50                                | ANA      | Recursos próprios da ANA                  |           | SIM  |  |
| PERMANÊNCIA, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | EVENTO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - COM TUTORIA | Seminário: Experiências de Gestão dos CBHs    | 8                     | COMITÊ DE BACIA               | dos dos CBHs, servidores da AGERH e intere    | 50                                | AGERH    | PROGESTÃO e/ou recursos próprios da Agerh |           | NÃO (justifique o motivo no campo ao lado) | Como são assuntos que demandam articulação com os Comitês de Bacias Hidrográficas, optamos           |
| PERMANÊNCIA, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | EVENTO | EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) - COM TUTORIA | Seminário: Experiências de Gestão dos CBHs II | 8                     | COMITÊ DE BACIA               | dos dos CBHs, servidores da AGERH e intere    | 50                                | AGERH    | PROGESTÃO e/ou recursos próprios da Agerh |           | NÃO (justifique o motivo no campo ao lado) | por não inseri-los no plano plurianual. Os temas e o tipo de capacitação podem ser alterados,        |
| PERMANÊNCIA, COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | EVENTO | PRESENCIAL                               | Encontro Capixaba dos CBHs                    | 16                    | COMITÊ DE BACIA               | Membros dos CBHs                              | 50                                | AGERH    | PROGESTÃO e/ou recursos próprios da Agerh |           | NÃO (justifique o motivo no campo ao lado) | o que será devidamente incluído e/ou justificado na comprovação de atividades realizadas anualmente. |

# GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS AGERH

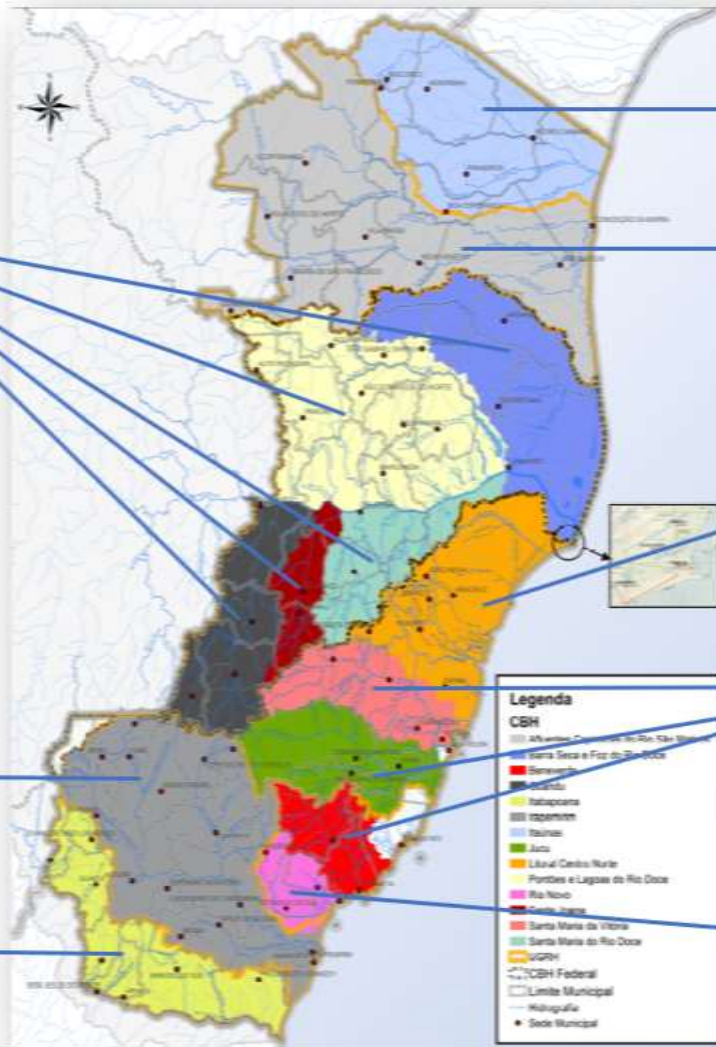


## Gestão Hídrica



# GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Bacias do Rio Doce  
(em revisão)



Itaúnas (2019)

São Mateus (2019)

Litoral Centro-Norte (2021)

Benevente, Jucu e Santa  
Maria da Vitória (2016)

Itapemirim (2019)

Novo (2019)

Itabapoana (2019)

# OUTORGAS CONCEDIDAS E PENDENTES POR REGIÃO HIDROGRÁFICA

| Região hidrográfica          | Vazão captada (l/s)* | Disponibilidade hídrica – Q <sub>90</sub> (l/s) |
|------------------------------|----------------------|---|
| Itabapoana                   | 595                  | 14.999  |
| Itapemirim                   | 7.095                | 31.370  |
| Novo                         | 946                  | 1.810   |
| Benevente                    | 2.280                | 7.218   |
| Guarapari                    | 326                  | 2.814   |
| Jucu                         | 7.126                | 11.742  |
| Santa Maria da Vitória       | 5.881                | 6.153   |
| Litoral Centro Norte         | 16.770               | 9.786   |
| Guandu                       | 6.294                | 7.107   |
| Santa Joana                  | 1.857                | 1.984   |
| Santa Maria do Rio Doce      | 5.569                | 3.631   |
| Pontões e Lagoas do Rio Doce | 43.957               | 12.084  |
| Barra Seca e Foz do Rio Doce | 20.502               | 5.656   |
| São Mateus                   | 18.097               | 31.943  |
| Itaúnas                      | 27.504               | 10.424  |

\*Refere-se ao somatório das vazões máximas instantâneas captadas no mês de setembro.



# OUTORGAS CONCEDIDAS E PENDENTES POR REGIÃO HIDROGRÁFICA

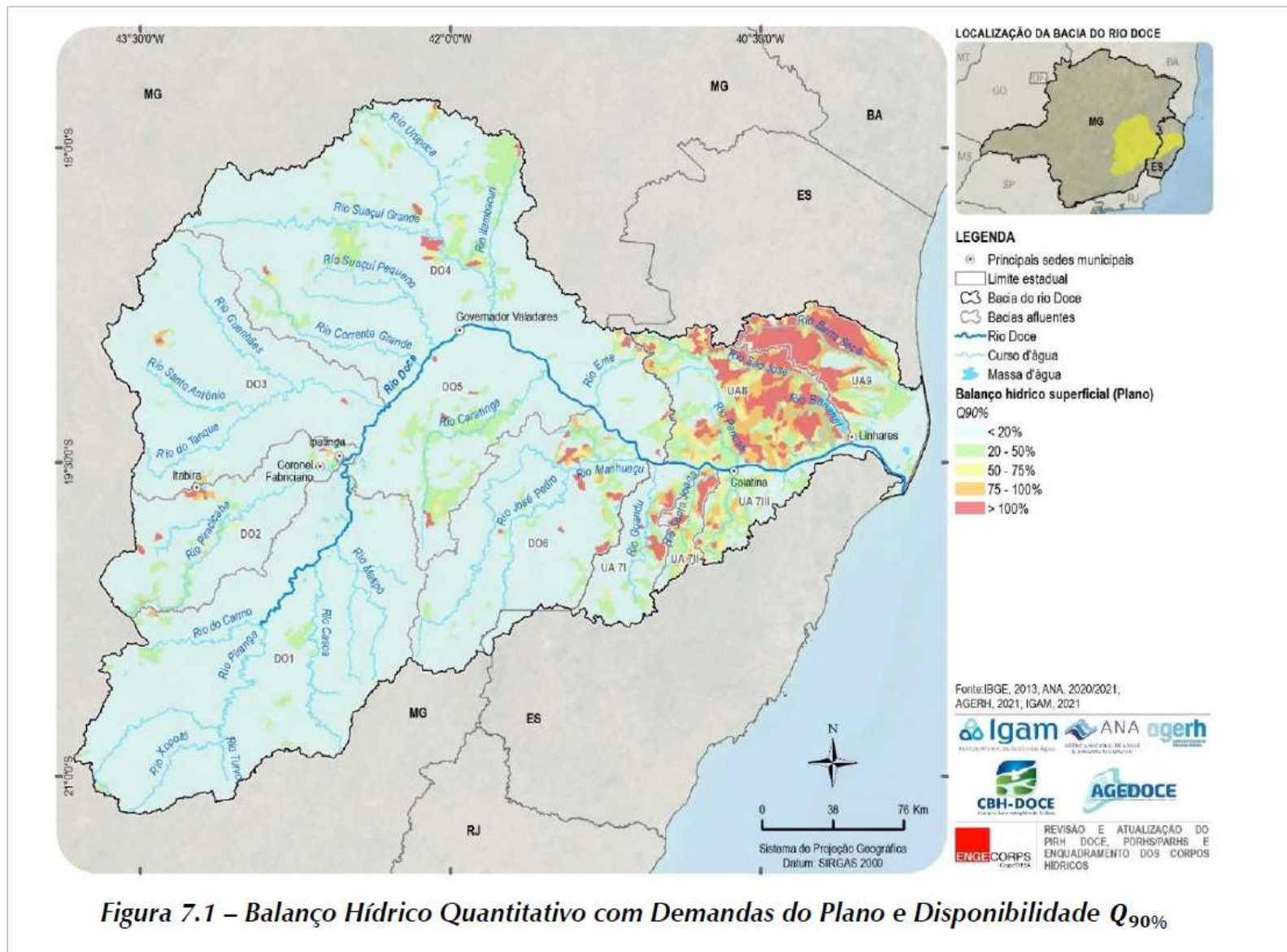
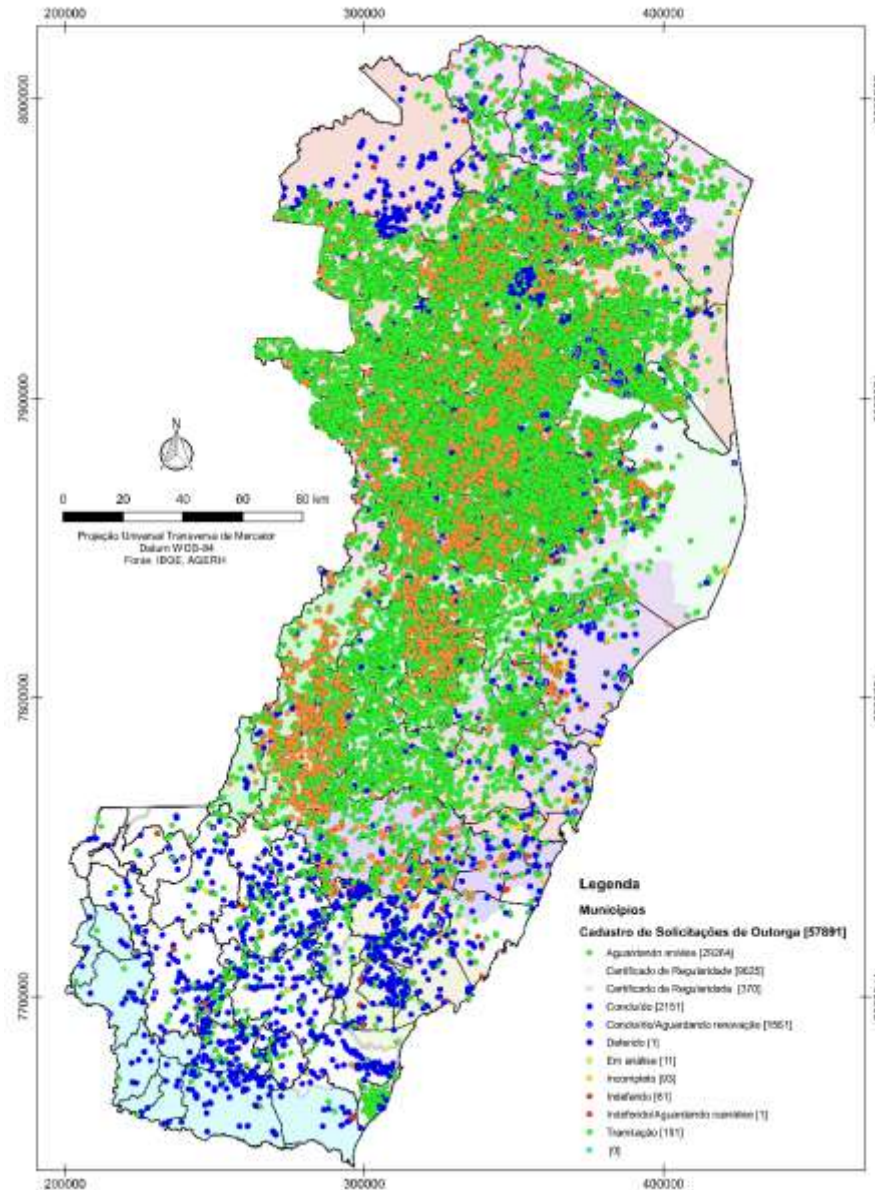


Figura 7.1 – Balanço Hídrico Quantitativo com Demandas do Plano e Disponibilidade  $Q_{90\%}$

# MAPA DOS REQUERIMENTOS DE OUTORGA

Distribuição dos requerimentos de outorga no Estado do Espírito Santo



## Programa de Monitoramento das Águas Interiores



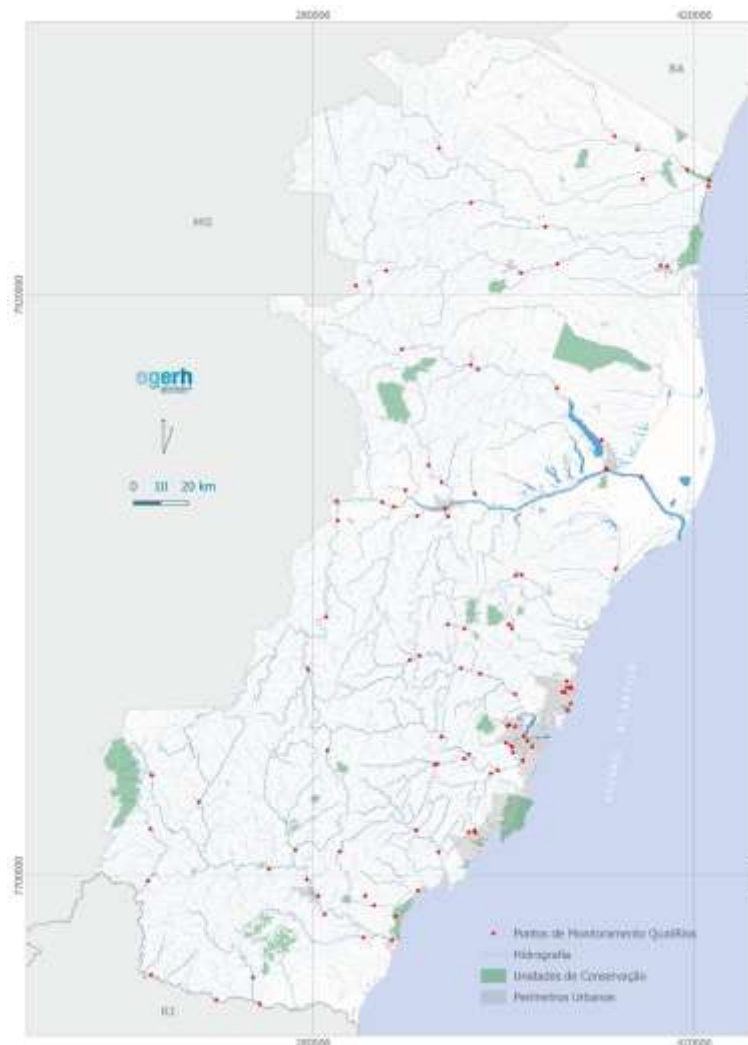
O Programa de Monitoramento das Águas Interiores do Estado do Espírito Santo (QualiRios), consiste no monitoramento sistemático da qualidade das águas dos principais rios e lagoas do Espírito Santo, contribuindo para a gestão dos recursos hídricos.

O monitoramento possibilita a avaliação da tendência da qualidade das águas e sua compatibilidade com os diversos usos, a identificação de trechos críticos em termos de poluição, a verificação da efetividade de iniciativas de recuperação, entre outros.

O QualiRios ES é executado pela Agerh, por meio do Núcleo de Qualidade e Pesquisa em recursos hídricos da Agência (NUQUIAP), e realizado em conformidade com as diretrizes e regulamentações ambientais.



## Programa de Monitoramento das Águas Interiores



Pontos  
Monitoramento  
QualiRios ES

de

## Programa de Monitoramento das Águas Interiores

### Índice de Qualidade da Água (IQA<sub>NSF</sub>)

Este índice que tem como objetivo avaliar a qualidade da **água bruta** em parâmetros que indicam contaminação pelo lançamento de esgotos domésticos e matéria orgânica.

| PARÂMETRO DE QUALIDADE DA ÁGUA                       | PESO (w) |
|--|----------|
| Oxigênio Dissolvido - OD                             | 0,17     |
| Coliformes termotolerantes                           | 0,15     |
| Potencial hidrogeniônico - pH                        | 0,12     |
| Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO <sub>5,20</sub> | 0,10     |
| Temperatura da água                                  | 0,10     |
| Nitrogênio total                                     | 0,10     |
| Fósforo total  | 0,10     |
| Turbidez   | 0,08     |
| Resíduo total  | 0,08     |

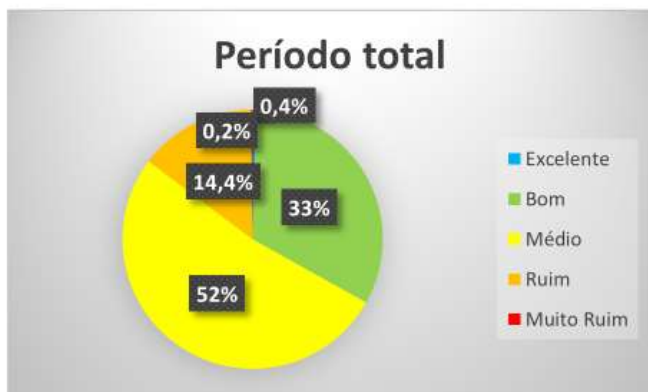
| Classificação | Valor do IQA <sub>NSF</sub> * |
|---------------|-------------------------------|
| Excelente     | 90 < IQA ≤ 100                |
| Bom           | 70 < IQA ≤ 90                 |
| Médio         | 50 < IQA ≤ 70                 |
| Ruim          | 25 < IQA ≤ 50                 |
| Muito Ruim    | IQA ≤ 25                      |

\*National Sanitation Foundation.

## Programa de Monitoramento das Águas Interiores

### Boletim de Qualidade da Água

#### Resultados do IQA<sub>NSF</sub> (2019-2023)



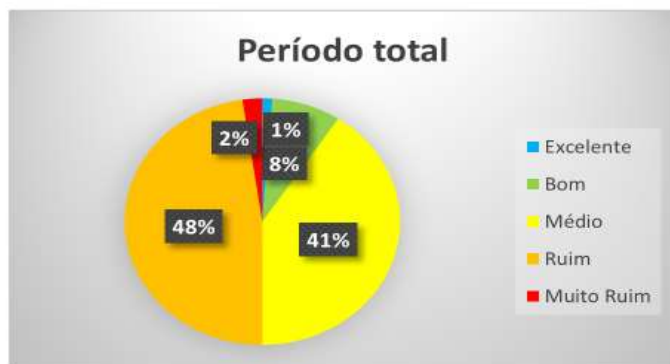
# MELHORIA NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

## Programa de Monitoramento das Águas Interiores do ES

Bacia Hidrográfica do Rio Jucu (porção costeira urbanizada\*)

\*rios Aribiri, Marinho e Formate.

### Resultados do IQA<sub>NSF</sub> (2019-2023)



**QualiRios**

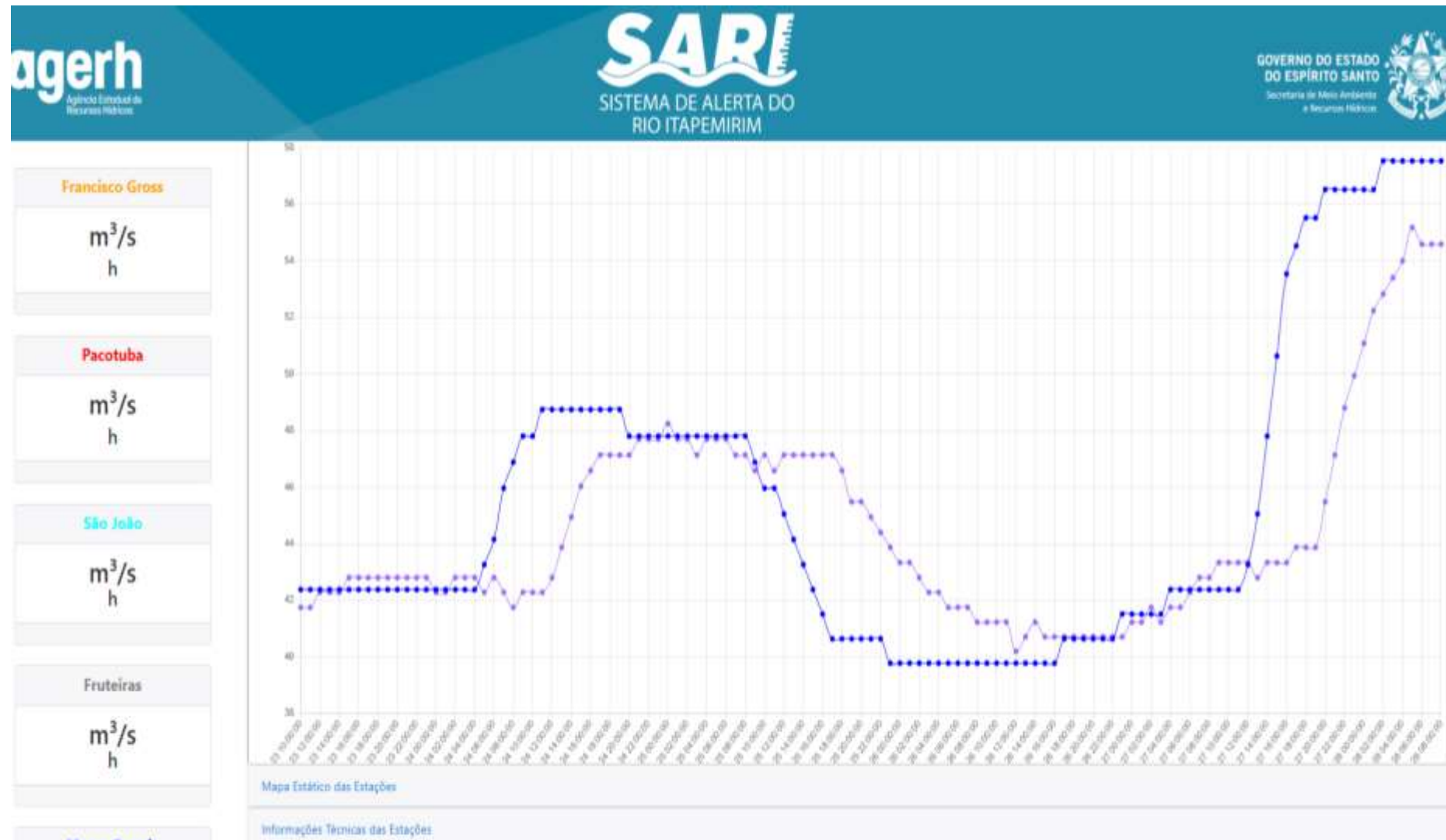


## Monitoramento Hidrológico



28 ESTAÇÕES

## Ferramentas de Monitoramento Hidrológico



## Aplicativo Hidro ES

Monitora a vazão do rio Santa Maria da Vitória



# MELHORIA NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Projetos desenvolvidos pela AGERH



## Água na Medida

Incentiva o uso racional da água



# MELHORIA NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Projetos desenvolvidos pela AGERH



## SANEAMENTO BÁSICO RURAL



Kit para Tratamento de Efluentes Sanitários Rural



# MELHORIA NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Projetos desenvolvidos pela AGERH

542 kits de Fossas  
Biodigestoras

2 mil moradores  
contemplados

R\$ 2,5 milhões de  
investimento

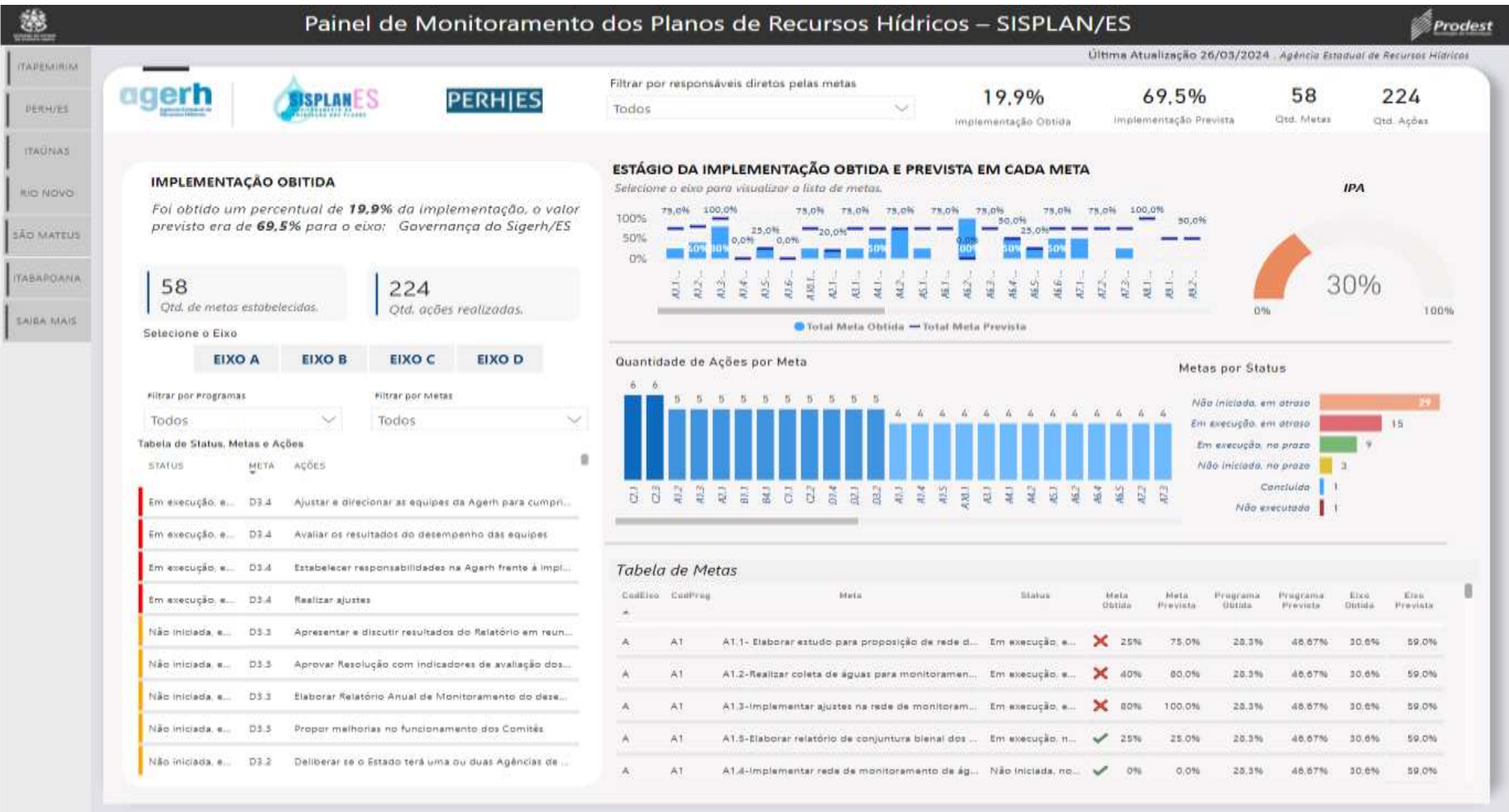
Capacitação de  
produtores rurais

## SANEAMENTO BÁSICO RURAL



# MELHORIA NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

## Projetos desenvolvidos pela AGERH



- ITAPERIUM
- PERH/ES
- ITAÚNAS
- RIO NOVO
- SÃO MATEUS
- ITABAPOANA
- SAIBA MAIS



# MELHORIA NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

## Programa de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas do Espírito Santo – Programa Águas e Paisagem II

| TDR   | Consultor                  | Contrato  | Processo    | Fonte de Recursos                                      |
|---|----------------------------|-----------|-------------|--|
| Planos de Preparação a Secas e de Uso Racional do Espírito Santo (bacias do Gaundu, Santa Maria so Doce, Santa Joana, Pontões e Lagoas, Barra Seca e Foz do rio Doce; e o município de São Roque do Canaã). | Pedro Lucas de Cosmo Brito | 0135/2023 | 2022.021256 | 0143 - Operação de Crédito Externa com o Banco Mundial |
| Estudos e serviços técnicos acerca do Plano de Gestão de Riscos de Inundações e Sistema de Monitoramento, Previsão e Alerta de Inundações na bacia do rio Itapemirim  | Dante Gama Larentis        | 0132/2023 | 2022.021255 | 0143 - Operação de Crédito Externa com o Banco Mundial |
| Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo (PERH/ES) e atividades de fortalecimento institucional   | Antonio Eduardo Leão Lanna | 0133/2023 | 2022.021234 | 0143 - Operação de Crédito Externa com o Banco Mundial |
| Estudo Hidrogeológico do Estado do Espírito Santo com ênfase na região metropolitana e regiões de conflito pelo uso da água   | Wilton José Silva da Rocha | 0134/2023 | 2022.021236 | 0143 - Operação de Crédito Externa com o Banco Mundial |
| Estudos e serviços técnicos acerca de alternativas de soluções para redução de risco à inundação nas bacias dos rios Benevente e Novo: Municípios de Alfredo Chaves e Iconha.                               | Antonio Eduardo Giansante  | 0136/2023 | 2022.021253 | 0143 - Operação de Crédito Externa com o Banco Mundial |
| Estudos de regionalização de vazões e diagnóstico da disponibilidade hídrica superficial para o Estado do Espírito Santo.   | Fernando Genz              | 0137/2023 | 2022.021233 | 0143 - Operação de Crédito Externa com o Banco Mundial |

TDR - Aprimoramento da Outorga de Uso dos recursos Hídricos

TDR - Sistema de Informação e Gestão dos Recursos Hídricos

# GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

## Site Agerh

The screenshot displays the homepage of the Agerh website. At the top, there is a navigation bar with the text "GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO" and "Agerh". Below this, a search bar is visible. The main content area is divided into several sections:

- Left Sidebar:** A vertical menu with categories such as LEGISLAÇÃO, LICITAÇÕES, SERVIÇOS AOS CIDADÃOS, GESTÃO DA ÁGUA, OUTORGA, MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO, PLANOS DE BACIAS, SEGURANÇA DE BARRAGENS, INFORMAÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS, NOTÍCIAS, LINKS ÚTEIS, TELETRABALHO, UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO (UECI), and ACESSO À INFORMAÇÃO.
- Center:** A large image of a laptop displaying the Agerh website interface. Below it, a "Notícias" section features two news items:
  - 12/07/2023:** "OPERAÇÃO TRÊS SANTAS: GOVERNO DO ESTADO REALIZA AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER CRIMES AMBIENTAIS".
  - 10/07/2023:** "AGERH DESENVOLVE APLICATIVO QUE PREVÊ SECA E INUNDAÇÃO".
- Right Sidebar:** A vertical list of services and tools, including "Requerimento de Outorga para Irrigação", "Consulta", "Boletim semanal: vazão dos rios que abastecem a Grande Vitória", "SARI", "Sistema de Alerta do Rio Itapemirim", "iQA", "Índice de Qualidade da Água dos rios do ES", and "SISPLAN ES".

WWW.AGERH.ES.GOV.BR



## Contato:

 **Agência Estadual de Recursos Hídricos**  
Gabinete

 [gabinete@agerh.es.gov.br](mailto:gabinete@agerh.es.gov.br)

 (27) 3347-6204

 [www.agerh.es.gov.br](http://www.agerh.es.gov.br)

 @meioambientees